

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE TURISMO E HOTELARIA
CURSO DE TURISMO**

DENISE FERREIRA COSTA

O TURISMO INCLUSIVO NO MARANHÃO:

Deficientes visuais, por meio da audiodescrição, penetram o imaginário simbólico dos espetáculos da companhia barrica

**SÃO LUÍS
2016**

DENISE FERREIRA COSTA

O TURISMO INCLUSIVO NO MARANHÃO:

Deficientes visuais, por meio da audiodescrição, penetram o imaginário simbólico dos espetáculos da companhia barrica

Monografia apresentada à banca examinadora da Universidade Federal do Maranhão como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Orientador: Prof. Msc. David Leonardo Bouças da Silva

SÃO LUÍS
2016

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

FERREIRA COSTA, DENISE.

O TURISMO INCLUSIVO NO MARANHÃO: DEFICIENTES VISUAIS POR MEIO DA AUDIODESCRIÇÃO PENETRAM O IMAGINÁRIO SIMBÓLICO DOS ESPETÁCULOS DA COMPANHIA BARRICA / DENISE FERREIRA COSTA. - 2016.

65 p.

Orientador(a): DAVID LEONARDO BOLÇAS DA SILVA.

Monografia (Graduação) - Curso de Turismo, Universidade Federal do Maranhão, SÃO LUIS MA, 2016.

1. AUDIODESCRIÇÃO. 2. AUTONOMIA. 3. CULTURA. 4. DEFICIÊNCIA VISUAL. 5. TURISMO INCLUSIVO. I. LEONARDO BOLÇAS DA SILVA, DAVID. II. Título.

DENISE FERREIRA COSTA

O TURISMO INCLUSIVO NO MARANHÃO:

Deficientes visuais, por meio da audiodescrição, penetram o imaginário simbólico dos espetáculos da companhia barrica

Monografia apresentada à banca examinadora da Universidade Federal do Maranhão como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Turismo

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

ORIENTADOR

Prof. Msc. David Leonardo Bouças da Silva
da Universidade Federal do Maranhão

1º EXAMINADOR

Profa. Dra. Rosélis de Jesus Barbosa Câmara
da Universidade Federal do Maranhão

2º EXAMINADOR

Profa. Dra. Linda Maria Rodrigues
da Universidade Federal do Maranhão

“Só se vê bem com o coração. O essencial é invisível aos olhos”.

(Saint Exupery – Pequeno Príncipe)

AGRADECIMENTOS

Imensamente, agradeço a Deus por me ajudar a desenvolver este trabalho, estar comigo sempre e me dar forças para seguir a diante.

Em especial ao meu pai por ter me proporcionado uma educação de qualidade, e ainda, em todas as ocasiões deste estudo, quem mais me deu força para enfrentar os obstáculos e seguir em busca dos meus objetivos.

Aos meus familiares que sempre me deram motivação e estímulo nos momentos mais árduos da minha vida acadêmica.

Aos meus amigos de turma, por terem me apoiado e sempre estando prontos a me ajudar. A ex-coordenadora do curso de turismo, Professora Doutor Rosélis de Jesus Barbosa Câmara por sua postura diante de uma universidade excludente, contribuindo desta forma para minha inclusão no curso. Ao meu orientador, professor mestre David Leonardo Bouças da Silva por ter norteado o caminho para a elaboração desse trabalho. Aos professores do departamento de turismo e hotelaria da UFMA, pelos ensinamentos transmitidos. Aos meus amigos Fábio, Mayk, Gabriela e Meire pela amizade e apoio neste momento fundamental. A minha irmã Danielle pela ajuda na revisão e normalização desta monografia. Aos colaboradores Gabriela, Nadir, Virginia, Sebastião, Abraão e Elio pela contribuição na elaboração da AD. Aos profissionais do núcleo de acessibilidade por terem transcrito os meus materiais durante toda a graduação. Obrigada!

RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar a audiodescrição como instrumento de inserção social dos sujeitos com deficiência visual no âmbito do turismo. Para tanto, metodologicamente, esta constitui uma pesquisa de campo realizada com este grupo de pessoas e a Companhia Barrica, que foi o objeto de estudo para a implantação da audiodescrição. Os procedimentos utilizados para coleta dos dados foram observações com relação ao espetáculo folclórico da Companhia Barrica e direcionado as pessoas com deficiência visual, em que se aplicou um questionário. Os resultados obtidos demonstraram que a audiodescrição é um recurso importante para que as pessoas com deficiência visual ou aquelas que necessitam de atendimento diferenciado possam sentir e saber o que se passa em uma apresentação de teatro, cinema, dança cultural e etc. Por fim, sugere-se a promoção de novas práticas que permitam atender e respeitar as diferenças das pessoas com deficiência visual ou com algum outro tipo de limitação, tornando-se viável a audiodescrição como ferramenta de inclusão social.

Palavras-chave: Audiodescrição. Deficiência Visual. Turismo Inclusivo. Cultura. Autonomia.

ABSTRACT

This research aims to analyze the audio description as a tool of social integration for people with visual disabilities in tourism. Therefore, methodologically, this is a field research conducted with this group of people and the “Companhia Barrica”, which was the object of study for the implementation of audio description. The procedures used for data collection were observations regarding the folkloric spectacle of “Companhia Barrica” for the visually impaired, in which a questionnaire was applied. The results showed that audio description is an important resource for people with visual impairments or for those who need special service because they can feel and know what goes into a theater performance, film, cultural dance etc. Finally, it is suggested to promote new practices which meet and respect the differences of people with visual disabilities or some other type of limitation, making it feasible to audio description as a tool for social inclusion.

Keywords: audio description. Visual impairment. Inclusive Tourism. Culture. Autonomy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Grau de deficiência	35
Gráfico 2 – Idade.....	35
Gráfico 3 – Cidade	36
Gráfico 4 – Formação	36
Gráfico 5 – Lugares	37
Gráfico 6 – Turismo Inclusive	37
Gráfico 7 – Audiodescrição	38
Gráfico 8 – Mercado turístico	38
Gráfico 9 – Espetáculo Folclórico	39
Gráfico 10 – Apresentação com audiodescrição,.....	39
Gráfico 11 – implantação da AD no bozinho barrica	40

LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
PNT – Plano Nacional de Turismo
AD - Audiodescrição
ASDVMA - Associação dos Deficientes Visuais do Maranhão
CAP - Centro de Apoio Pedagógico a Pessoa com Deficiência Visual do Maranhão
MTUR – Ministério do Turismo
DAC - Departamento de Aviação Civil
ECEMA - Escola de Cegos do Maranhão
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFMA - Instituto Federal do Maranhão
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC - Ministério da Educação e Cultura
PPP - Projeto Político Pedagógico
SW - Subtitle Workshop
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
IBC – Instituto Benjamin Constant
CONADE - Conselho Nacional do Direito da Pessoa com Deficiência
CGE - Controle Geral do Estado
CORDE – Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência
OMT – Organização Mundial do Turismo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 BREVES CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS ACERCA DO TURISMO	14
2.1 Turismo Social	16
2.2 Turismo Inclusivo	18
2.3 Objetivo e Importância do Turismo Inclusivo	20
3 A INCLUSÃO SOCIAL	24
4 DEFICIÊNCIA VISUAL E A AUDIODESCRIÇÃO	27
5 METODOLOGIA.....	34
6 ANÁLISES E RESULTADOS DA PESQUISA	35
6.1 Descrição sucinta do Projeto de Audiodescrição	40
6.1.1 Apresentação do Projeto	40
6.1.2 Acompanhamento e monitoramento do projeto.....	42
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS.....	47
ANEXOS	52
APÊNDICES	62

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, discute-se a importância de promover a inclusão e o respeito às diversidades em um contexto mundial. Diante dessa perspectiva, são observadas diferentes iniciativas para que o século XXI seja um momento de maior inclusão para as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, seja ela visual, auditiva, de locomoção, entre outras.

Nesse âmbito, ao longo dos anos, nota-se uma maior inserção desse público que, a cada dia, luta e amplia sua participação na sociedade, mostrando-se capaz e eficaz em suas práticas cotidianas. Contudo, em setores, como o do turismo, indivíduos com deficiência ainda enfrentam muitos obstáculos na luta pela inclusão social. A inacessibilidade na infraestrutura dos estabelecimentos turísticos somada ao atendimento inadequado representam algumas das principais barreiras ao direito de ir e vir com autonomia e dignidade deste grupo.

A pessoa com deficiência visual mostra-se como alguém em plenas condições de desenvolver atividades realizadas por qualquer outro indivíduo, como estudar, viajar, trabalhar e etc. Ademais, com o avanço das tecnologias assistivas¹, esses grupos conseguem obter acesso a um maior grau de informações que possibilitam melhor acessar o mundo e sua gama de informações, fazendo-lhes melhor compreender a realidade a qual eles estão imersos. Esses meios tecnológicos consistem, para as pessoas com deficiência visual, uma ferramenta *indispensável* para a sua inclusão social, sobretudo perante o cenário atual em que se tem o avanço dos *smartphones* e das tecnologias que envolvem meios digitais e virtuais.

A partir desta contextualização, este trabalho se propõe a abordar uma das Tecnologias Assistivas disponíveis e adequadas ao setor do turismo, a audiodescrição. Como pano de fundo, utilizar-se-á um grupo cultural de forte expressividade local, a Companhia Barrica, a fim de que se observe, na prática, como

¹ Tecnologia Assistiva (TA) é uma área interdisciplinar do conhecimento, que se ocupa de produtos, recursos, metodologias, serviços, estratégias e práticas cujo objetivo primeiro é propiciar atividades e participação das pessoas com deficiência, sejam elas sensoriais, motoras, físicas ou intelectuais, tendo sempre como meta dar a essas pessoas autonomia, independência e qualidade de vida em sua inclusão social, em todos os âmbitos em que atua (BRASIL, 2007).

essa ferramenta tecnológica favorece a inclusão de pessoas com deficiência visual no cenário turístico maranhense.

Neste sentido, este estudo busca respostas à seguinte indagação: qual a importância da audiodescrição como instrumento de inserção cultural das pessoas com deficiência visual em São Luís do Maranhão? Assim sendo, o objetivo deste estudo é o de analisar a audiodescrição como instrumento de inserção social das pessoas com deficiência visual no âmbito do turismo maranhense. Para alcance deste objetivo geral, elaborou-se os seguintes objetivos específicos: debater a temática e a legislação vigente sobre a inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência; verificar as percepções de indivíduos com deficiência visual sobre a ferramenta da audiodescrição; apresentar um exemplo concreto de audiodescrição, enquanto ferramenta de auxílio ao sujeito com deficiência visual; propor sugestões para que as pessoas com deficiência² sejam melhor incluídas na sociedade.

Nesse caso, ressalta-se que a audiodescrição corresponde a um recurso que possibilita aos indivíduos com deficiência visual uma melhor identificação dos cenários, figurinos, expressões, entrada e saída dos personagens, entre outras questões que envolvem essa apresentação teatral. Ademais e conforme será abordada nos capítulos subsequentes, essa recomendação encontra respaldo em Leis que regem as questões de acessibilidade e do livre acesso à informação, e que amparam qualquer tipo de deficiência apresentada pelo indivíduo.

Nesses termos, entende-se que o trabalho justifica a sua importância, sobretudo quando se pensa as políticas públicas relacionadas ao turismo. A audiodescrição tem potencial para apoiar as pessoas com deficiência visual, garantindo seu acesso à cultura, à informação, ao lazer e etc., com mais facilidade. Para fins do estudo, elegeu-se como objeto de investigação a Companhia de Dança Barrica, uma das atrações culturais principais do município de São Luís do Maranhão. Além disso, realizou-se a audiodescrição de uma apresentação desse grupo artístico, de modo a se identificar como o público-alvo – pessoas com deficiência visual – percebe essa ferramenta de inserção.

Como estruturação deste trabalho, inicialmente, apresenta uma discussão conceitual, um breve histórico sobre o turismo, bem como os desafios para sua

² Conforme SASSAKI, “[...] termos evitados cada vez mais são ‘portador de deficiência’ e ‘pessoa portadora de deficiência’, agora substituídos por ‘**pessoa com deficiência**’”. (SASSAKI, 2010, p. 18)

inserção no contexto dos deficientes visuais. Em seguida, debate-se sobre aspectos que envolvem o deficiente visual e a audiodescrição. *A posteriori*, aborda-se a Lei de Diretrizes e Bases da educação como prática diária, bem como o histórico sobre turismo inclusivo, inclusão social e turismo social. Ou ainda, descreve-se a metodologia adotada no desenvolvimento da referida pesquisa, seguido da caracterização do alvo a ser estudado, o público-alvo e os procedimentos metodológicos utilizados. Por fim, são feitas as considerações finais acerca dos principais pontos de conclusão do estudo em questão.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS ACERCA DO TURISMO

No decorrer do avanço histórico das civilizações, o homem esteve propenso a viajar em busca do descanso e da fuga das realidades cotidianas, em direção ao imaginário da liberdade, o qual envolve aspectos geográficos, culturais, arquitetônicos, sociais e econômicos. No entanto, nem sempre tal pensamento era colocado em prática (BARBOSA, 2002). A título de exemplificação, as peregrinações na Era Medieval estavam distantes do conceito de viagem por lazer, já que o “peregrino não escolhia o itinerário nem a durabilidade de seu périplo. Ele estava totalmente exposto às dificuldades e as intempéries do caminho a ser percorrido” (BARBOSA, 2002, p. 24).

Os registros mais referendados na literatura, que marcam a história do turismo, são: o *Grand Tour*, as peregrinações durante a Idade Média e a figura de Thomas Cook. A partir dessa constatação, parte-se para tratar de cada momento separadamente.

As peregrinações da Idade Média constituíram migrações coletivas originais, pois nem mesmo pela fome ou por medo de invasores eram abaladas. O propósito maior era o de encontrar um lugar sagrado, e a própria dificuldade do deslocamento era, por si só, um valor redentor (ACERENZA, 2002; BARBOSA, 2002; REJOWSKI, 2002).

O *Grand Tour*, por sua vez, nasceu da inspiração pelas viagens do período Renascentista, impulsionando o ímpeto pela busca da aprendizagem e do crescimento cultural, embora também tenha motivado as viagens mercantis. O público do *Grand Tour* eram os aristocratas, nobres e burgueses da própria Europa e também das Américas, pessoas que tinham disponibilidade de tempo e recursos para investir nessas viagens culturais (ACERENZA, 2002).

Thomas Cook, por sua vez, é figura hegemônica na historiografia do Turismo, sendo reconhecido como o “Pai do Turismo Moderno”, por ter estabelecido as bases e a transformação do turismo para o modo como é conhecido atualmente, ao inserir novos elementos às viagens como guias especializados e os *vouchers* (BARBOSA, 2002). A alegação de Acerenza corrobora o pensamento anterior, ou seja, “Thomas Cook foi o primeiro agente de viagens profissional dedicado ao exercício desta atividade em tempo integral” (ACERENZA, 2002, p. 71).

A partir do avanço, opções e diversidades culturais que o turismo oferece, menciona-se, ainda, as motivações que levam as pessoas a viajar. Sabe-se que, historicamente, gregos e romanos buscavam o lazer e, no final do século XVIII e início do século XIX, surgiu a motivação para estudar em países distantes. Não se pode deixar de apontar, do mesmo modo, os motivos religiosos e a busca pelos tratamentos de saúde (BARBOSA, 2002). Nesse sentido, Acerenza apontou as motivações iniciais da atividade turística nos primórdios da vida em sociedade:

[...] nos meses de verão se produziam movimentos consideráveis de pessoas saindo de Roma para o campo e para os lugares de veraneio situados a beira do mar [...] no princípio, os romanos limitavam-se a visitar a Grécia, entretanto, posteriormente, com a adoção e difusão do cristianismo, grande número dos religiosos peregrinavam até lugares como Jerusalém e Santiago de Compostela. (ACERENZA, 2002, p. 62)

Já no século XX, a partir da década de 1960, a questão do *status* é intensificada, quando não se dizia "o que fazer" nas férias, mas "para onde ir". Desde então, elevou-se a complexidade das motivações de viagens e uma série de elementos distintos passou a ser considerada no que concerne às viagens, quais sejam: preferências e desejos diferentes entre quem mora em grandes e pequenas cidades, entre jovens e idosos, entre habitantes de países desenvolvidos e os de países em desenvolvimentos, entre pessoas com e sem deficiência (ACERENZA, 2002). Isto posto, atualmente, nota-se que viajar é mais do que um desejo, mas uma necessidade no mundo atual, e os diferentes grupos interessados precisam contar com condições propícias ao seu deslocamento e ao desfrute dos atrativos turísticos.

Ademais, destaca-se o papel do turismo no desenvolvimento econômico das localidades que exploram esta atividade. Desse modo, o turismo – enquanto atividade que envolve o deslocamento espontâneo de pessoas para territórios fora do seu lugar de domicílio, estimulada por razões diversas conforme as necessidades dos envolvidos – é um notável gerador de emprego e renda tanto direta quanto indiretamente (DIAS, 2003).

Assim sendo, o reconhecimento do potencial do turismo para promover ganhos econômicos aos destinos, bem como em virtude das diferentes motivações e grupos interessados nessas viagens, ressalta-se a importância de considerar os públicos os quais, comumente, são preteridos ou esquecidos no desenvolvimento do turismo em uma dada localidade, a exemplo das pessoas com algum tipo de

deficiência. Não ao acaso, fala-se no turismo social, enquanto tipologia voltada à inserção dos mais diferenciados grupos no alcance das suas necessidades. Sobre este assunto, debruça-se no tópico abaixo.

2.1 Turismo Social

A denominação Turismo Social surgiu na Europa em meados do século XX, no momento em que ocorreu a desvalorização econômica do turismo da elite, e se estimulou um tipo específico de turismo, com características massivas, voltado ao lazer de um número maior de pessoas. Estas viagens eram organizadas por associações, sindicatos e cooperativas com a finalidade de atender às necessidades de férias dos grupos sociais menos favorecidos (BARRETO, 1995). Contudo, o turismo social surgiu vinculado às ideias de propagação de ideologias políticas, a exemplo de partidos nazistas e fascistas que lançaram mão da “atividade do turismo social para cultuar a pátria através das viagens e, em alguns casos, para dar uma preparação pré-militar aos jovens. Tais viagens eram totalmente pagas pelos governos” (BARRETO, 1995, p. 54).

Segundo Diney Adriana de Oliveira (1998), foi somente após o fim da Segunda Guerra Mundial, que as viagens turísticas voltaram a fazer parte do tempo livre das pessoas em alguns países, principalmente em virtude das mudanças do transporte aéreo e da aquisição de passagens, assim como, das inovações e qualificações do setor hoteleiro, além do surgimento de operadoras e agências de turismo, essenciais na elaboração de pacotes turísticos envolvendo milhares de pessoas.

Conceitualmente, entende-se o Turismo Social como aquele cuja finalidade é promover um turismo responsável, sustentável e acessível a todos, no exercício do direito que qualquer pessoa tem de utilizar seu tempo livre em lazer ou viagens e no respeito pelas escolhas sociais de todos os povos (MTUR, 2006). O próprio Ministério do Turismo (MTUR) reconhece que a função do governo é de agente incentivador e administrador no que se refere à atuação de outros órgãos do setor público, da sociedade civil organizada e do setor privado em relação ao turismo, com objetivos claramente definidos de recuperação psicofísica e de ascensão sociocultural e

econômica das pessoas. Assim, não são explicitadas as questões de subsídios e subvenções públicas como pressuposto para caracterizar o Turismo Social. Nessa perspectiva, procura-se organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado com vistas à inclusão, privilegiando a ótica de cada um dos distintos atores envolvidos na atividade: o turista, o prestador de serviços, o grupo social de interesse turístico (quilombolas e indígenas) e as comunidades receptoras nos destinos.

A partir dessa concepção, é de suma importância compreender que, sob o olhar do turista, o interesse social se concentra no potencial consumidor em si, como sujeito pertencente a determinados grupos ou regiões de consumidores com renda insuficiente para usufruir da experiência turística, ou a grupos que, por motivos diversos, a exemplo das pessoas com deficiência, têm suas possibilidades de lazer limitadas.

Essa constitui a abordagem clássica de Turismo Social, que trata das viagens de lazer para segmentos populares, das pessoas e dos grupos que por diversos motivos podem ser considerados excluídos do acesso aos benefícios do mercado turístico”. (BRASIL, 2004, p. 6).

Sendo assim, o turismo social, cujo desenvolvimento incide independentemente da condição social, por um lado, enfoca aqueles que pelos mais variados motivos – renda, preconceito, acessibilidade etc. – não estão inseridos no processo turístico nacional ou consomem produtos e serviços inadequados. Por outro, atenta aos que não têm oportunidade de participar, direta ou indiretamente das oportunidades da atividade objetivando garantir a distribuição mais justa da renda e a geração de riqueza.

Sob tal argumentação, lança-se um novo olhar sobre a questão, na qual o Turismo Social não é visto apenas como um segmento da atividade turística, mas como uma forma de apresentar novas propostas, incluindo, na sua dinâmica, aspectos sociais com o objetivo de obter benefícios. Para o Ministério do Turismo (2004), “o Turismo Social é a maneira de entender e direcionar políticas e orientar os processos que resultam do desenvolvimento do turismo. Refere-se ainda, as circunstâncias de acesso à experiência turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão social” (BRASIL, 2004, p.6).

O Ministério do Turismo (2009) explicita que, ampliando o conceito de turismo social para uma visão ampla, encontramos segmentos da sociedade que,

apesar de nem sempre se encaixarem economicamente nas classes populares, tem tido dificuldades de realizar viagens de lazer. Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida encontram diferentes restrições para consumirem produtos turísticos. Conforme Sasaki (2003), o processo de inclusão social acontece quando a sociedade é ajudada a modificar seus sistemas de lazer e turismo para que todas as pessoas com ou sem deficiência, possam participar juntas e ativamente de suas atividades nos mesmos locais, desfrutando de momentos de lazer em ambientes comuns.

2.2 Turismo Inclusivo

O crescimento das viagens turísticas ainda não proporcionou que todos os segmentos da sociedade fossem beneficiados para usufruir do turismo. Caso das pessoas com deficiência – em suas diferentes tipologias – e daquelas com mobilidade reduzida – tais como os idosos – que também poderiam fazer parte das estatísticas de exclusão social do turismo, pois ainda carecem de instalações, equipamentos turísticos e espaços de lazer mais ajustados às suas necessidades, ao mesmo tempo que se deparam com prestadores de serviços sem qualificações específicas para um atendimento diferenciado (MTUR, 2009).

No âmbito desta discussão, ainda, é relativamente recente a organização das viagens turísticas com foco na inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência. Sasaki (2010) explicitou que, somente no final da década de 1960 e assim mesmo em países desenvolvidos, surgiram as primeiras excursões turísticas organizadas por agências de viagem para pessoas com deficiência (inicialmente só para cadeirantes). Havia imensas dificuldades para a realização dessas excursões, pois, naquele período, poucos lugares turísticos eram acessíveis aos usuários de cadeiras de rodas, os principais meios de transportes não estavam adaptados para este público, afora a inacessibilidade dos aeroportos, rodoviárias, portos e etc. O problema das viagens começou a ganhar espaço na década de 1980, acompanhando o movimento pela integração social das pessoas com deficiência.

No Brasil, um dos primeiros documentos que tratam dos transportes – viário, aéreo, ferroviário e metrô – “Turismo para Pessoas com Deficiência Física”, foi

publicado pela Empresa Brasileira de Turismo (MTUR, 2001). Em 1987, o Departamento de Aviação Civil (DAC) baixou uma norma de serviço que sugeria prioridade para o embarque de passageiros com deficiência. Em 1993, o DAC iniciou novos estudos, com a presença de entidades da área de pessoas com deficiência, a pedido da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE), que realizou a Câmara Técnica sobre Regulamentação da Segurança de Voo para o Transporte Aéreo de Pessoa com Deficiência Física em Aeronaves Civis Brasileiras. A nova norma do DAC entrou em vigor em 01 de julho de 1996, dando o prazo de seis meses para que as empresas aéreas se adaptassem para cumpri-la (SASSAKI, 2010).

Naquela época, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) estava elaborando as normas de acessibilidade para indivíduos com deficiência nos aeroportos e aeronaves brasileiros, no tocante ao peso e tamanho das cadeiras (AME, 2000). Em 1996, foi publicado o Manual do Usuário do Transporte Aéreo, o qual trouxe os capítulos “Transporte de passageiros que necessitam de atendimento especial” e “O uso do aeroporto por passageiros que necessitam de atendimento especial” (SILVA FILHO, 2011).

Com a criação do Plano Nacional de Turismo (PNT 2007/2010), o Ministério do Turismo vem desenvolvendo ações e apoiando projetos que visam a acessibilidade em destinos turísticos, a fim de transformar o turismo em um importante mecanismo de desenvolvimento econômico do Brasil e um grande indutor de inclusão social (MTUR, 2009).

Segundo a MTUR (2006), compete ao Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CONADE), aos Conselhos Municipais, Estaduais, ao Distrito Federal e as Organizações Representativas de Pessoa com Deficiência acompanhar e sugerir medidas para o cumprimento da acessibilidade, os quais tem como Fundamentação a Legislação Federal Lei 10.098/2000 e Decreto 5.296/2004 (BRASIL, 2006), que estabelecem as normas gerais para a promoção da acessibilidade, e que tornam obrigatório o atendimento a estas adequações em todas as edificações públicas e de uso coletivo, bem como em todas as vias e transportes públicos. Complementarmente, baseia-se na norma NBR 9.050/2004 da ABNT, a qual estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto de construção, instalação e adaptação de edificações e equipamentos urbanos voltados à acessibilidade (MTUR, 2009).

No contexto da inserção da pessoa com deficiência/mobilidades reduzidas, o turismo precisa dar sua contribuição, ao adequar suas estruturas/equipamentos às necessidades especiais e viabilizar, desse modo, que indivíduos com essas dificuldades possam usufruir do produto turístico, sem esquecer as próprias pessoas que ensinam trabalhar ou trabalham diretamente no setor. Nesse sentido, cabe a promoção de políticas públicas que fomentem oportunidades de ingresso no mercado de trabalho do turismo.

No território brasileiro, mais de 45 milhões de pessoas declararam ter alguma deficiência (IBGE, 2010), ou seja, 23,9% do total. Nesse íterim, a deficiência visual aparece no topo do ranking com 18,8%. Em outras linhas, são 35,7 milhões de indivíduos com deficiência visual os quais não podem acessar logradouros turísticos, ou até mesmo fazer parte do rol de trabalhadores do turismo, porque ainda existem, barreiras arquitetônicas, urbanísticas, sociais, comunicacionais, morfológicas e instrumentais para que eles exerçam tais funções. Esses dados reforçam a relevância de se atentar às questões de acessibilidade e buscar formas de superar essas condições, por meio de políticas públicas que favoreçam um quadro de mudanças para esta problemática.

Para Santos (2004), uma sociedade é composta por pessoas com diferentes necessidades e possibilidades, e todas elas têm o direito de serem tratadas em condições de igualdade. Assim, o presente estudo busca evidenciar a importância de debater essas questões e corroborar o discurso de promoção da igualdade em suas variadas formas, ao mesmo tempo que enxerga no turismo uma possibilidade de inserção das pessoas com deficiência.

2.3 Objetivo e Importância do Turismo Inclusivo

As pessoas com deficiência precisam lutar, constantemente, pela inserção em um mundo mais igualitário, em que todos possam usufruir de direitos iguais. Ao se tratar das pessoas deficientes, no âmbito da inclusão social, ainda carecem de iniciativas que promovam o bem-estar e que propiciem o atendimento às suas necessidades (SASSAKI, 2010).

Nesse sentido, destaca-se que a inclusão social consiste no processo pelo qual os sistemas gerais da sociedade – tais como o ambiente físico e cultural, a habitação e os transportes, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades educacionais e de trabalho, a vida cultural e social, incluindo as instalações esportivas e recreativas – são feitos acessíveis para todos (ONU, 1982). Mais do que satisfação de necessidades, a inclusão trata da salvaguarda de direitos essenciais e as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida acabam ficando à margem, muitas vezes, no acesso a essas garantias.

Neste quesito, reforça-se que pessoas com deficiência visual se deparam, cotidianamente, com desafios à sua locomoção, pois não são todos os espaços que contam com estrutura adequada, a exemplo de passarela de acesso com piso tátil para que elas possam andar com segurança e autonomia (SASSAKI, 2010). Em uma abordagem mais específica sobre a autonomia das pessoas com deficiência, este mesmo autor entende que cada indivíduo precisa ter condições de domínio no ambiente físico e social, de modo a preservar sua privacidade e sua dignidade. Quanto a sua independência, compreende-se que cabe a cada um a faculdade de decidir sem depender de terceiros.

Krippendorf (2001) identificou que os indivíduos possuem desejos comuns como os de viajar e conhecer lugares que possibilitem seu enriquecimento cultural e pessoal. Contudo, as carências apontadas anteriormente quanto a estruturas e equipamentos adaptados às necessidades de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, refletem-se também no setor do turismo, que precisa encontrar formas de incluir esses públicos.

Com base nesses entendimentos, trata-se do turismo inclusivo. O qual segundo o MTUR (2006), objetiva atender de forma igualitária a todo ser humano com ou sem deficiência, de modo a propiciar experiências – sensoriais, visuais e etc. – de forma integral, de um determinado destino turístico.

O turismo inclusivo tem sua relevância social ao propiciar aos cidadãos com deficiência a possibilidade de viajar e satisfazer seus desejos de lazer, suas curiosidades e de vivenciar novas experiências fora do seu local de moradia. É bem verdade que, para alguns casos, a exemplo do Centro Histórico de São Luís do Maranhão que em virtude de suas características históricas – ruas de paralelepípedos – e de sua má conservação, é dificultado que pessoas com deficiência e as com

mobilidade reduzida caminhem com segurança, pois se percebe os paralelepípedos soltos e os buracos no chão.

A inclusão, nesses locais, requer, minimamente, que se atenha a esses públicos, facilitando-lhes seu deslocamento com independência e autonomia, como forma de se colocar em prática, algo que muitas vezes é recorrente nos discursos políticos, mas que não reflete a realidade. Sassaki (2003) explica que a aplicação da acessibilidade não se limita apenas à eliminação das barreiras físicas nos espaços públicos e privados, o qual o autor define como sendo acessibilidade arquitetônica. Além desta, existem outros campos de abrangência, a atitudinal, a comunicacional, a metodológica e etc. Sendo que para tornar o Centro Histórico de São Luís acessível deve-se desenvolver estratégias especificamente na acessibilidade arquitetônica e a atitudinal. As quais conforme Schwarz e Harber (2009) consideram ser acessibilidade:

[...] um cego que cruza a rua sozinho, porque o semáforo emite um sinal sonoro, informando que pode atravessar, é o cadeirante que pode se locomover por conta própria em ruas sem buracos e sem obstáculos, é uma criança ter à disposição intérpretes de libras, enfim é o pleno direito de ir e vir e permanecer (SCHWARZ e HARBER, 2009, p. 308).

Embora o turismo seja uma atividade que aponta crescimento contínuo (DIAS, 2008), salvo situações de fortes recessões econômicas e guerras, nem todos os segmentos da população se beneficiam de experiências turísticas, dentre elas, pessoas com deficiência de diferentes tipologias e pessoas com mobilidade reduzida. Conforme o Ministério do Turismo (2009) essa situação ocorre, especialmente, em razão das lacunas nas instalações/equipamentos turísticos e espaços de recreação que não são adaptados a esses públicos. Soma-se a isso, os prestadores de serviços sem qualificações específicas para um atendimento diferenciado.

Essa situação ocorre, ainda que a Organização Mundial de Turismo (OMT) recomende no artigo Art. II do Código Mundial de Ética do Turismo (OMT, 2013) que:

As atividades turísticas devem respeitar a igualdade entre homens e mulheres; devem atender a promover os direitos do homem e, especialmente, os particulares direitos dos grupos mais vulneráveis, nomeadamente as crianças, os idosos ou deficientes, as minorias étnicas e os povos autóctones.

Conforme observado na citação acima, o turismo tem o potencial para promover e atender os direitos dos grupos ditos mais vulneráveis, apesar de que, na

prática, observa-se ainda um longo caminho a percorrer. Ainda assim, já são observadas experiências tanto em âmbito nacional – a exemplo de Socorro (SP) – e internacional – em Portugal – sob a alcunha de turismo acessível (FONTES; MONTEIRO, 2009).

No caso brasileiro, quanto à acessibilidade turística, o Ministério do Turismo, por meio do Decreto Federal nº 5.296/2004, trata do direito de fazer turismo como um meio de integração social para as pessoas com deficiência (MTUR, 2006). No entanto, é preciso atinar à questão da especialização dos serviços voltados a esses públicos, porquanto o turismo tem nos recursos humanos o seu principal elemento para promover a satisfação dos seus consumidores (IGNARRA, 2003).

O processo para inserir as pessoas com deficiência é lento. Somente da década de 1990 em diante que a sociedade avançou na conscientização sobre a deficiência, a qual passou a ser explicada com referência aos conceitos da diversidade, como também a partir do esclarecimento de que a deficiência não é sinônimo de incapacidade, mas de limitação.

Como consequência, o direito de estudar e trabalhar se tornaram práticas comuns e, no que concerne ao turismo, ainda que de forma tímida, alguns avanços são percebidos, principalmente no que trata das edificações públicas, nos serviços de transportes e demais atrações (SCHWARZ; HABER, 2009). Esses avanços podem ser associados à imposição da legislação específica atual, que exige dos empreendimentos a oferta de serviços especializados a pessoas com deficiência, bem como a adaptação de suas estruturas para recebê-los adequadamente, fato que demanda investimentos em qualificação que muitas vezes as empresas têm dificuldade de arcar (NETTO, 2009).

Diante desta problemática, investigar a falta de acessibilidade às pessoas com deficiência passa a ser tarefa essencial dos destinos que almejam a inclusão social como forma de desenvolvimento. Neste aspecto, o trabalho avança nas discussões sobre a inclusão social do indivíduo com deficiência visual e uma importante ferramenta que auxilia na superação dessa limitação, a audiodescrição.

3 A INCLUSÃO SOCIAL

Conceitua-se a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência (auditiva, física, intelectual, visual, além de outras) e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (SASSAKI, 2010, p. 46)

A inclusão vem a ser um avanço no ramo educacional em que se objetiva atender pessoas com deficiências e prepará-las para os desafios da vida. No entanto, faz-se necessário melhor qualificar os educadores, pois apesar do esforço, nota-se um despreparo no lidar com esses públicos, ou seja, entender as suas diferenças, saber como se portar e como didaticamente facilitar a aprendizagem do aluno com deficiência e melhor prepará-lo para ingressar no mercado de trabalho. Em outras palavras, é preciso familiarizar professores na tarefa de formar, intelectual e profissionalmente, o indivíduo com deficiência.

A esse respeito, Minetto (2008, p. 17) afirmou que:

A estabilidade é algo que buscamos frequentemente, pois ela nos dá segurança. Quanto mais conhecemos determinado fato ou assunto, mais nos sentimos seguros diante dele. O novo gera insegurança e instabilidade, exigindo reorganização, mudança. É comum sermos resistentes ao que nos desestabiliza. Sem dúvida, as ideias inclusivas causam muita desestabilidade e resistência.

Esse quadro de insegurança reflete o preconceito que ainda se faz presente na sociedade em relação às deficiências. Falta interesse, sensibilidade e conhecimento acerca da realidade das pessoas com deficiência e estas precisam contar com o apoio geral para terem reais possibilidades de progredir e serem incluídas socialmente.

Nesse ponto, a escola tem papel fundamental e, quando de fato ela é inclusiva, busca-se inserir no seu currículo e na elaboração do seu Projeto Político Pedagógico (PPP) todos os conteúdos e metodologias adequadas a esses públicos. Por este motivo, Minetto (2008, p. 32) contextualizou que:

Uma escola consegue organizar um currículo inclusivo quando reconhece a complexidade das relações humanas, a amplitude e os limites de seus objetivos e ações; quando entende o ambiente escolar como um espaço relacional que estabelece laços que contribuem para a formação de uma identidade individual e social.

Ressalta-se que a inserção social no âmbito educacional não se resume a matricular o aluno e fazer adequações estruturais e curriculares, mas envolve respeito, preparo e preocupação com o desenvolvimento de seus reais potenciais (MANTOAN,1988). Nesse sentido, Minetto (2008) reforçou que o manejo adequado da turma é, do mesmo modo, uma capacidade a ser aprendida pelo próprio professor. Para tanto, recomendou os seguintes passos para uma educação inclusiva: amor à profissão; traçar metodologias que possibilitem aos alunos um bom convívio e receber aos colegas com ou sem deficiência; respeitar sempre; ter postura em relação aos alunos; desenvolver trabalhos e atividades que envolvam toda a turma, observando os limites de cada um; traçar atividades individuais para observar a autonomia dos discentes; ser flexível quanto ao tempo.

Com base nessas alegações, infere-se que o professor constitui um norteador de todo o processo de inserção na escola. Ademais, trata-se, também, da relevância da educação continuada, pois as possibilidades contínuas de aperfeiçoamento por parte do indivíduo com deficiência é de suma importância para que ele se mantenha competitivo e agregue às oportunidades surgidas no mercado de trabalho.

Segundo Sasaki (2010), é essencial propiciar igualdades de oportunidades para todos, incluindo pessoas com deficiência, para que elas possam acessar serviços, bens, ambientes construídos e naturais, e angariarem suas realizações pessoais, profissionais e a sua conseqüente qualidade de vida. Mais do que atentar às eventuais limitações, faz-se necessário valorizar e acreditar nos potenciais dessas pessoas.

Tendo isso em mente, Sasaki (2010) traz-se que já é realidade, em algumas partes do mundo, a prática da inclusão, sendo que as primeiras tentativas iniciaram na década de 1980. O processo de inclusão vem sendo aplicado em cada programa social. Assim, existe a inclusão no turismo, na cultura, no lazer. Para tanto, quanto mais programas adotarem a inclusão, mais cedo se construirá o caminho ideal de uma verdadeira sociedade inclusiva. Segundo o pesquisador:

No que tange às medidas de ação afirmativas, identifica-se algumas das mais praticadas no mundo: sistema de cotas, funções designadas ou reservadas, empregos abrigados (subempregos), empregos reestruturados, empréstimos para pequenas empresas e cooperativas, direitos de produção exclusiva, incentivos fiscais, esquemas de geração de renda, negócios por conta própria, apoios especiais, oficinas abrigadas de trabalho, contratação

prioritária, reconceituação de exames médicos, adaptação de máquinas e equipamentos, adaptação de locais de trabalho, busca de candidatos qualificados, reconceituação de deficiência, adaptação de funções, flexibilização de horários e processos de produção e etc. (SASSAKI, 2010, p.93).

Sassaki ainda defende que:

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade, por meio de transformações nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliários e meios de transporte) e na mentalidade das pessoas, bem como da própria pessoa com deficiência (SASSAKI, 2010, p.47).

Dessa maneira, reforça-se o papel da escola, enquanto um espaço de diversidade cultural em respeito e solidariedade ao próximo independentemente de cor, raça, sexo, deficiência, valores e etc., para propiciar a aprendizagem com cidadania.

4 DEFICIÊNCIA VISUAL E A AUDIODESCRIÇÃO

A função do sistema visual é converter energia luminosa em atividade neural que tenha significado para as pessoas. Assim, o cérebro humano é muito mais usado para a visão do que qualquer outro sentido e, por meio da visão, os indivíduos adquirem mais da metade dos conhecimentos a respeito do mundo que os cerca (FRIZANCO; HONORA, 2008). Logo, a deficiência visual se apresenta como uma das que mais requer cuidados especiais aos cidadãos que estão nessa condição.

De forma mais específica, Carlettto (2012) explicou que há muitos tipos de deficiência visual: Visão tubular – vê-se apenas o que está diretamente na sua frente e nada do que está ao lado, enquanto outras enxergam os objetos como um quebra-cabeça que falta uma ou duas peças; Baixa visão – enxergam muito pouco, mas ainda assim são capazes de utilizar a visão para o planejamento e execução de uma tarefa; Cegueira – aqueles que não enxergam absolutamente nada.

Assim sendo, as pessoas com deficiência visual, sobretudo com baixa visão ou cegueira, carecem de assistência para lidar com os obstáculos arquitetônicos, com as restrições comunicativas e/ou o acesso às informações. A este respeito, a pesquisadora Marilda Moraes Garcia Bruno (2006) mencionou que vários estudos desassociam a deficiência visual das dificuldades cognitivas, emocionais e de adaptação social. Na prática, seriam as formas de relação, comunicação e significados socialmente construídos os fatores determinantes para o processo de desenvolvimento, aprendizagem e reabilitação social das pessoas com deficiência visual.

Nesse âmbito, Galvão Filho (2008) alegou que as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) vêm se tornando, de forma crescente, importantes instrumentos da cultura e sua utilização um meio concreto de inclusão e interação no mundo. Essa constatação é ainda mais evidente quando se refere às pessoas com deficiência.

Em se tratando das TICS, estas podem ser utilizadas como tecnologia assistiva ou por meio de tecnologia assistiva. Em outras linhas, as TICs atuam como tecnologia assistiva quando o próprio computador é a ajuda técnica para atingir um determinado objetivo. Por exemplo, o computador utilizado como caderno eletrônico para o indivíduo que não consegue escrever no caderno comum. Por outro lado, as

TICs são utilizadas por meio de tecnologia assistiva, quando o objetivo final é a utilização do próprio computador, para o que são necessárias determinadas ajudas técnicas que permitam ou facilitem esta tarefa. Por exemplo, adaptações de teclado, de mouse, *softwares* especiais e etc. (FILHO, 2010).

Isto posto, existem algumas ferramentas de apoio às pessoas cegas, a exemplo do sistema braille, para escrita e leitura, além de outros meios como o soroban – caixa que ajuda na execução de cálculos matemáticos – a bengala e o cão-guia para auxiliar na locomoção e mobilidade. Além disso, têm-se os *softwares* específicos, afora tecnologias com comandos de voz encontradas em elevadores, telefones, relógios e etc. (CARLETTO, 2012).

Mesmo com os diversos recursos de apoio às pessoas cegas, as restrições envolvem a arquitetura dos ambientes, obstáculos audiovisuais³, ou seja, não poder usufruir da produção televisiva e demais barreiras que os restringem a acessar informações, lazer e cultura. Nesse ponto, Farrell (2008) destacou a necessidade de propiciar maior independência da pessoa com deficiência visual no acesso a informações. Para tanto, defende o uso do indexador sonoro em registros gravados em áudio e o sistema braille, uma vez que para esses públicos, faz toda a diferença possibilitar a escuta de informações não visuais importantes, em equipamentos como leitor eletrônico, programa de computador com fala sintetizada e livros falados.

Além disso, este mesmo autor destaca que a observância a alguns aspectos mais simples que não requerem o uso de tecnologia, como as questões comportamentais também são fundamentais no auxílio das pessoas com deficiência visual. Como exemplo, citou a importância de aprender a olhar na direção da pessoa com quem está falando. Isso faz com que a interpretação do tom da outra pessoa, o ritmo da fala, as pausas, e outras características e aspectos verbais se tornem indícios importantes no sincronismo dos intercâmbios e nas trocas conversacionais.

As pessoas que possuem alguma deficiência visual têm experiências sensoriais diferentes das pessoas que são videntes, ou seja, daquelas que enxergam.

³ Na verdade, audiovisual "diz-se da mensagem constituída da combinação de som e imagem" (FERREIRA, 1986, p. 199), sem importar a existência ou a ausência de próteses tecnológicas, se é durável ou efêmera. E, das diversas grafias encontradas, áudio visual, áudio-visual e audiovisual, preferimos esta última, não porque é encontrada no Dicionário Aurélio, mas por causa da concepção eisensteiniana de montagem, em que dois significados justapostos geram um terceiro, maior do que a simples soma das partes. (BETHÔNICO, 2007, p.60-61)

É uma maneira de perceber o mundo com outro “olhar”, o que requer produtos áudio descritos para que se perceba a qualidade e a excelência de um dado produto.

Nesse ponto, aborda-se, portanto, a audiodescrição, enquanto um dispositivo linguístico desenvolvido para suprir as necessidades das pessoas com deficiência visual – cega ou com baixa visão – favorecendo o acesso aos produtos áudio visuais e contribuindo, assim, para a sua inserção no mundo cultural e artístico. A audiodescrição surgiu nos Estados Unidos, todavia sem a tentativa de repassar valores, sensações que favorecessem interpretação/avaliação das pessoas com deficiência visual, o que as dificultava na construção de seus juízos de valor e das emoções suscitadas pelo objeto do áudio descritor (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010).

De forma mais específica, diz-se que a audiodescrição pode ser considerada uma tecnologia assistiva, um recurso de acesso à comunicação, um tipo de modalidade que visa a transformação do item visual em verbal. Franco e Silva (2010) relataram que a audiodescrição é a transformação de imagens para palavras, em que as palavras devem ser informações-chaves para a pessoa cega. Nessa linha, a audiodescrição pode ser utilizada em eventos culturais, gravados ou ao vivo, a exemplo das peças teatrais, dos programas televisivos, das exposições, mostras, musicais, óperas, desfiles e espetáculos de dança, dos eventos turísticos, esportivos, pedagógicos e científicos, dentre outros (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010).

Um dos principais benefícios apontados pela audiodescrição é a autonomia gerada aos indivíduos com deficiência visual, isto porque por meio desta ferramenta ocorre uma “consequente liberação de familiares e amigos da tarefa de descrever os programas e eventos, além da ampliação do repertório cultural” (PACKER et al., 2010, p. 24).

Por meio da audiodescrição, a pessoa com deficiência atribui significados para o mundo visual, conseguindo estabelecer nexos e criar uma lembrança acerca dos acontecimentos. É nesse aspecto que Motta e Romeu Filho (2010, p. 20) bem dizem que:

Tanto as imagens estáticas como as dinâmicas são utilizadas não somente para ilustrar, chamar a atenção e tornar as aulas mais atraentes, mas também para complementar o entendimento do texto, do tema em estudo e torná-los mais facilmente compreendidos ou assimilados. Todas têm significado, daí a necessidade de fazer a leitura e traduzi-las em palavras, considerando principalmente a diversidade de alunos em sala de aula e as possíveis barreiras comunicacionais.

As vantagens da audiodescrição não se relacionam apenas a pessoas com deficiência visual, mas a todos que apresentam disfunção na percepção de algo, a exemplo do idoso em fase avançada (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010).

Acerca do profissional que realiza a audiodescrição – o áudio descritor – este precisa apresentar a qualificação necessária para realizar com êxito o seu trabalho, de modo a exprimir as reais palavras para um dado momento. Dessa maneira, sua atuação é fundamental para que os que necessitam da audiodescrição consigam compreender a situação que está sendo exposta por ele (ARAÚJO, 2010). A relevância deste profissional é ratificada por Motta (2015, p. 101) ao compará-lo com um artista que pinta a cena com facilidade:

[...] fornecendo elementos descritivos que permitam que o outro construa seu entendimento e interpretação. E nesta pintura é preciso haver sensibilidade na seleção das palavras, na escolha dos elementos imagéticos que serão descritos; responsabilidade para pesquisar e conhecer os termos que mais se adéquam à realidade retratada.

No que concerne ao arcabouço legal, tem-se que, no Brasil, o quesito referente à acessibilidade é Lei. O item D do artigo 2º da Lei 1.098/00 trata da necessidade de eliminar “obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa”. Na norma 9050 da ABNT, acessibilidade é entendida como a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”.

Já o Decreto Federal 5.296/ 04 considera, no artigo 8º, acessibilidade como a:

[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Além disso, a acessibilidade ganha respaldo no artigo 63, da Lei 13.146/15, a qual torna obrigatória

[...] à acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis,

conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.

A respeito da Constituição Federal (CF) de 1988, encontra-se uma gama de direitos relacionados a pessoas com deficiência, com o intuito de assegurar a sua melhor integração na sociedade. Na própria elaboração da CF, contou-se com a participação de pessoas com deficiência (CORDEIRO, 2012).

Inicialmente, detalha-se que esses direitos encontram respaldo no Artigo 7º, inciso XXXI (CF, 1988), segundo o qual é proibida “qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência”. Este artigo foca na inserção das pessoas com deficiências no mercado de trabalho. Complementarmente, no artigo 37, inciso VIII, traz-se que “a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão”.

O artigo 23º, inciso II, por sua vez, expõe que “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência”. Do mesmo modo, o artigo 24, inciso XIV (CF, 1988), promulgou que “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência”. Estes artigos expõem os direitos fundamentais, além da responsabilidade em cada instância de zelar pela qualidade de vida dessas pessoas.

Na busca de uma escola idealizadora e inclusiva, Ferreira (2006, p. 87) afirmou que:

A partir do final dos anos 1960, e de modo mais destacado nos anos 1970, as reformas educacionais alcançaram a área de educação especial sob a égide dos discursos da normalização e da integração. A educação especial constou como área prioritária nos planos setoriais de educação, após a Emenda constitucional de 1978 e a Lei nº. 5692/71, de reforma do 1º e 2º graus, e foi contemplada com a edição de normas e planos políticos de âmbito nacional: as definições do Conselho Federal de Educação sobre a educação escolar dos excepcionais, as resoluções dos Conselhos Estaduais de Educação sobre diretrizes de educação especial, a criação dos setores de educação especial nos sistemas de ensino, a criação das carreiras especializadas em educação especial na educação escolar (os professores dos excepcionais) e também no campo de reabilitação (a constituição das equipes de reabilitação/ educação especial).

Analisando essa citação, vê-se a pretensão de que as escolas sigam novos caminhos, ou seja, não apenas recebendo os alunos com deficiência, mas buscando

novas formas de inclusão e aprendizagem dos mesmos. Um conceito de escola inclusiva, com espaços acessíveis a cada necessidade, faz-se necessário. Nesses termos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, em seu artigo 58, conceitua a educação inclusiva:

[...] a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Nesse rastro, o MEC (2006) lançou o Programa Escola Acessível, cujo principal objetivo é o de:

Promover a acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns de ensino regular, assegurando-lhes o direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem por meio de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações.

Outro dispositivo legal que se apresenta como importante para apoiar o desenvolvimento das pessoas com deficiência, neste caso, a auditiva, apresenta-se a Lei nº 10.436/02 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras – como recursos de comunicação das pessoas com deficiência, a qual deve ser ofertada no ensino regular, ministrado por profissionais gabaritados na área.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, no ano de 2007, constituiu um avanço para as pessoas com deficiência em geral (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2011). Desta maneira, foram conceituadas a cada tipo de deficiência e regulamentadas políticas que assegurassem os direitos dos mesmos. A Convenção tem como princípios:

- a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas;
- b) A não-discriminação;
- c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;
- d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;
- e) A igualdade de oportunidades;
- f) A acessibilidade;

- g) A igualdade entre o homem e a mulher;
- h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2011, p. 28).

Em seguida, o Decreto nº 6.949 oficializou as relações de decisões relacionadas à Convenção com a seguinte redação: Art. 1. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, apensos por cópia ao presente Decreto, serão executados e cumpridos tão inteiramente como neles se contém.

Nesta linha, passa-se a dar maior importância ao avanço nas concepções que envolvem a deficiência e do acesso ao deficiente. Por outro lado, apesar do arcabouço legal para reger e melhorar as condições de acesso às pessoas com deficiência, ainda há preconceito em relação à autonomia e à independência desses indivíduos no desenvolvimento de suas atividades cotidianas, tais como, lazer, estudo, trabalho e no seu ir e vir. Em relação a isso, Ramos (2010) fala dos “mitos cristalizados”, os quais consistem em ideias postas na sociedade de que a pessoa com deficiência não é capaz de exercer determinadas funções como andar, correr, treinar, trabalhar, namorar, entre outros.

De forma crítica, Spelta (2009) asseverou que a visão comum de realidade é sempre distorcida, pois as pessoas tendem a se aproximar e conhecer somente aquilo que lhe é semelhante. Esta afirmação se coaduna ao que normalmente se pensa sobre as pessoas com deficiência. Contudo, graças à oferta de produtos acessíveis e aos ganhos de conscientização de parte da sociedade, as pessoas com deficiência têm demonstrado seu potencial em realizar as tarefas mais variadas e com qualidade.

Isso posto, quanto mais condições forem ofertadas para esses públicos exercerem suas atividades, mais será possível melhorar a qualidade de vida dessas pessoas e mais elas poderão contribuir com uma sociedade em que se lute pela igualdade de direitos.

5 METODOLOGIA

Esta constitui uma pesquisa de caráter exploratório (GIL, 2008), haja vista o ineditismo na utilização da audiodescrição junto a uma manifestação cultural, em São Luís do Maranhão. Como resultado, apresentar-se-á um exemplo concreto de como fazer uso de tal ferramenta para apoiar o entendimento das pessoas com deficiência visual sobre os personagens, a ambientação e as ações de uma apresentação da Companhia de Dança Barrica.

Ademais, este estudo utilizou a pesquisa bibliográfica a respeito da inserção social e acessibilidade. Em um segundo momento, fez-se uma pesquisa de campo, de caráter qualitativo (RICHARDSON, 1989), junto a 25 (vinte e cinco) pessoas com deficiência visual (cega e com baixa visão), compreendendo as seguintes instituições: seis dos entrevistados são da Associação dos Deficientes Visuais do Maranhão (ASDVMA), quatro moradores da cidade de Pinheiro, três alunos da Escola de Cegos do Maranhão (ECEMA), três servidores do Centro de Apoio Pedagógico a Pessoa com Deficiência Visual do Maranhão (CAP), um servidor do Controle Geral do Estado (CGE), cinco servidor e graduandos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e três servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA).

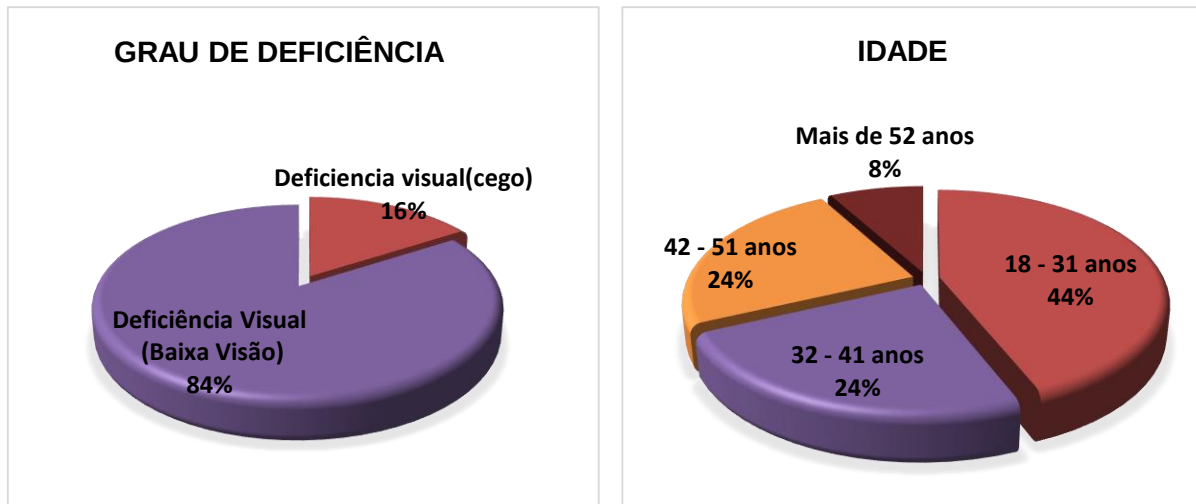
Para realização da pesquisa, escolheu-se a aplicação de um questionário misto (APÊNDICE A) com itens relacionados ao tema acessibilidade e inclusão. A investigação de campo se deu no período de: 21 de setembro de 2015 à 13 de junho de 2016. nas seguintes instituições: ASDVMA, ECEMA, CAP, UFMA, IFMA (campus Monte Castelo) e IFMA (campus Pinheiro). Direccionou-se a estas instituições devido à dificuldade de encontrar pessoas com deficiência visual em lugares de lazer, tais como: praça, shopping, teatro, etc. Em seguida, os dados foram tabulados e interpretados na forma de gráficos. A técnica de análise utilizada foi a estatística descritiva.

Como limitações do método, este estudo destaca a dificuldade em acessar documentos e produções científicas que abordassem o tema da acessibilidade e da audiodescrição, tal como, os obstáculos acerca dos profissionais capacitados na área da audiodescrição e, ainda da dificuldade de encontrar pessoas para realizar as entrevistas.

6 ANÁLISES E RESULTADOS DA PESQUISA

Inicialmente, buscou-se saber o grau de deficiência visual de cada um dos entrevistados (Gráfico 1). Constatou-se, assim, a maioria é cega (84%) e apenas 16% têm baixa visão. Com relação à idade (Gráfico 2), obteve-se, como resultado, que 44% possuem entre 18 a 31 anos, 24% entre 32 a 41 anos, 12% entre 42 e 51 anos e 8% mais de 51 anos.

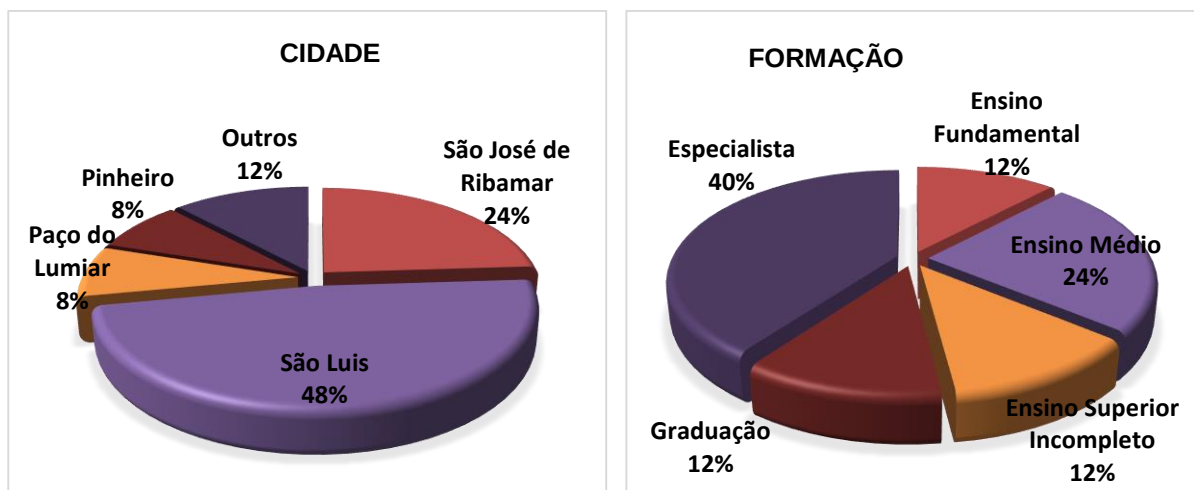
Gráficos 1 e 2 – Grau de deficiência e Idade



Com base nos dados acima, nota-se a importância de lançar mão de tecnologias assistivas (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010), posto que a maioria apresenta cegueira total, como afirma Farreli (2008) que, para esse grupo social, a escuta é um elemento indispensável ao indivíduo escutar conteúdo do currículo em equipamentos como leitor eletrônico, livros falados e programas de computador com fala sintetizada transmitem informações não visuais importantes. Esses equipamentos com softwares, possibilita aos leitores cegos e com baixa visão o amplo acesso ao estudo e a pesquisa. Assim como, os *radwares* (lupa eletrônica, impressora braile e a linha braile), o uso dessas tecnologias assistivas torna possível a realização das atividades ligadas diretamente à educação e profissionalização das pessoas com deficiência visual.

Com relação à proveniência, 48% são de São Luís do Maranhão, seguidos de 24% de São José de Ribamar. De algum modo, encontrou-se certa representatividade nas pessoas advindas do interior do Estado, pois 28% vêm de outras cidades. Outrossim, questionados sobre a sua formação, 40% dos entrevistados possuem o título de especialistas, demonstrando uma boa formação acadêmica e uma maior oportunidade de conseguirem inserção no mercado, se as instituições se abrirem para a contratação dessas pessoas (MINETTO, 2008).

Gráficos 3 e 4 – Proveniência e Formação

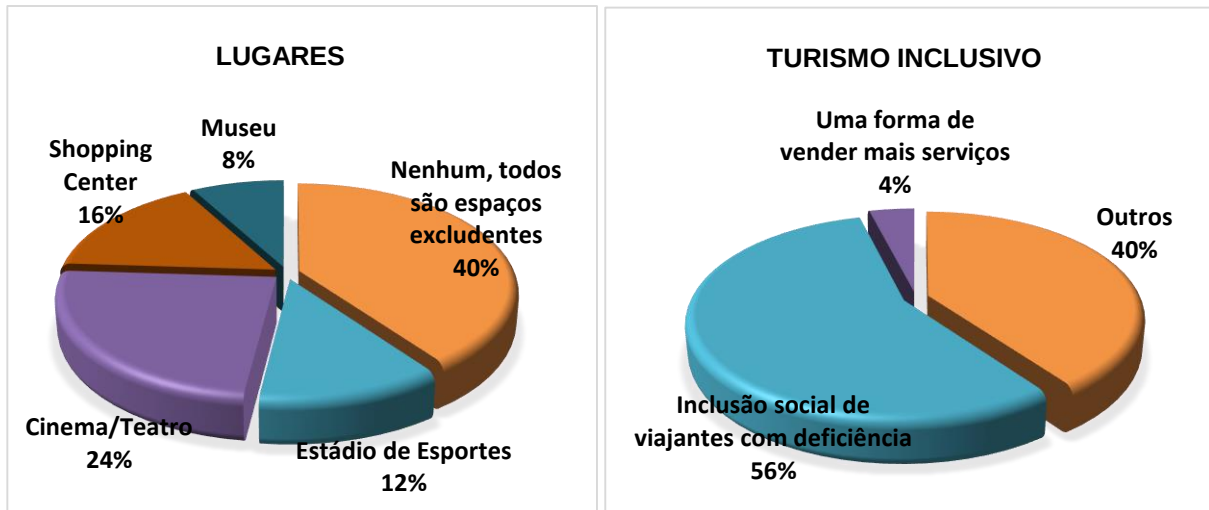


Ao serem perguntados sobre que locais costumam frequentar no tempo livre (Gráfico 5), 40% dos entrevistados relataram que não costumam frequentar os espaços de lazer disponíveis, pois os consideram excludentes. Esta situação sugere que esses locais não estão adequados para que eles caminhem livres, autônomos e com segurança, afora a própria questão cultural, em que os cidadãos não têm uma formação voltada ao suporte do deficiente visual. Por outro lado, 24% dos entrevistados alegaram frequentar cinema ou teatro, e 16% os shoppings centers.

Em outra perspectiva, indagou-se a respeito das percepções sobre o que seria o turismo inclusivo (Gráfico 6). 56% dos respondentes alegaram ser uma forma de inclusão social de viajantes com deficiência. Nesse sentido, é importante destacar as palavras de Fávero (2007) de que não é possível imaginar a vida de qualquer indivíduo sem lazer, e, dada a falta de liberdade de ir e vir que, comumente, os

indivíduos com deficiência têm, a oportunidade de viajar constitui uma condição fundamental para que eles elevem sua qualidade de vida.

Gráficos 5 e 6 – Lugares que costuma frequentar e entendimento de turismo inclusivo

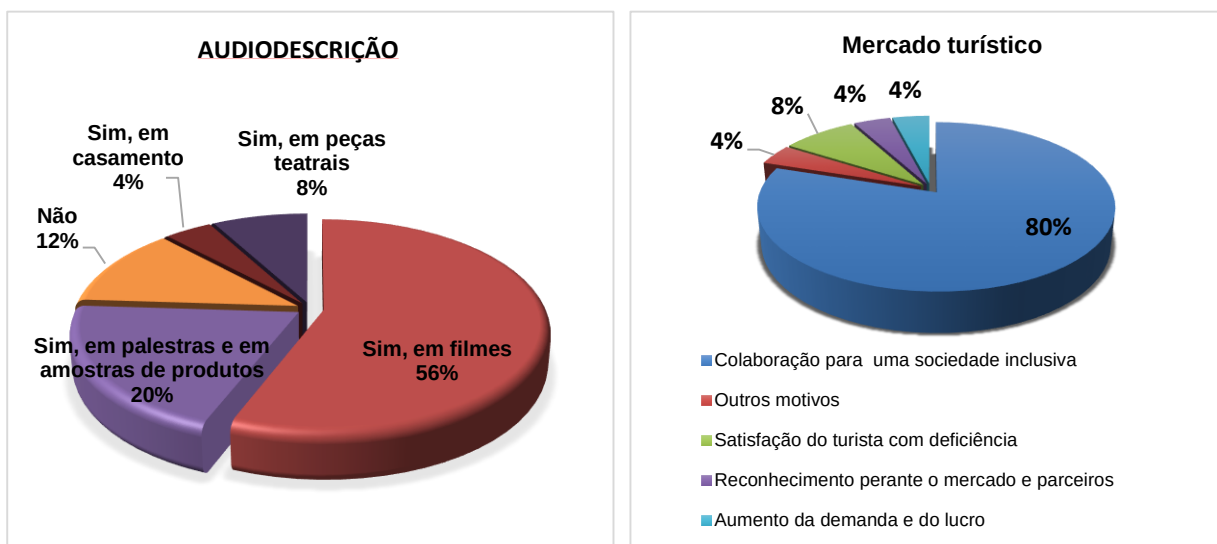


Questionados se já haviam assistido alguma apresentação com audiodescrição (Gráfico 7), 56% assistiram em filmes, 20% em palestras e amostra de produtos. Para 12%, essa ainda não foi uma experiência vivenciada, o que demonstra ainda lacunas quanto à oferta de serviços que lancem mão dessas tecnologias assistivas, bem como da adaptação física dos espaços (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010). Esta, aliás, é uma das recomendações de Torres (2002), segundo o qual a acessibilidade deve incluir os aspectos físicos e tecnológicos para atender ao público com deficiência de forma respeitosa e igualitária.

Em outro ponto, ao serem indagados sobre o motivo para que o mercado turístico crie condições para atender o turista com Deficiência Visual (Gráfico 8), 80% dos entrevistados entendem que seja fundamental para a construção de uma sociedade inclusiva, afinal todo cidadão tem direito ao lazer, que se traduz também por meio das atividades que envolvem o turismo (MTUR, 2009). Nesse ponto, Fontes e Monteiro (2009) destacaram que o turismo Acessível, por sua própria natureza, deve oferecer condições para satisfazer as necessidades especiais dos turistas com deficiência e mobilidade reduzida. E isso se reflete na preparação de infraestrutura,

equipamentos e serviços de modo a permitir o usufruto das viagens, estadas e ocupações sem barreiras particulares.

Gráficos 7 e 8 – Já assistiu apresentação com audiodescrição

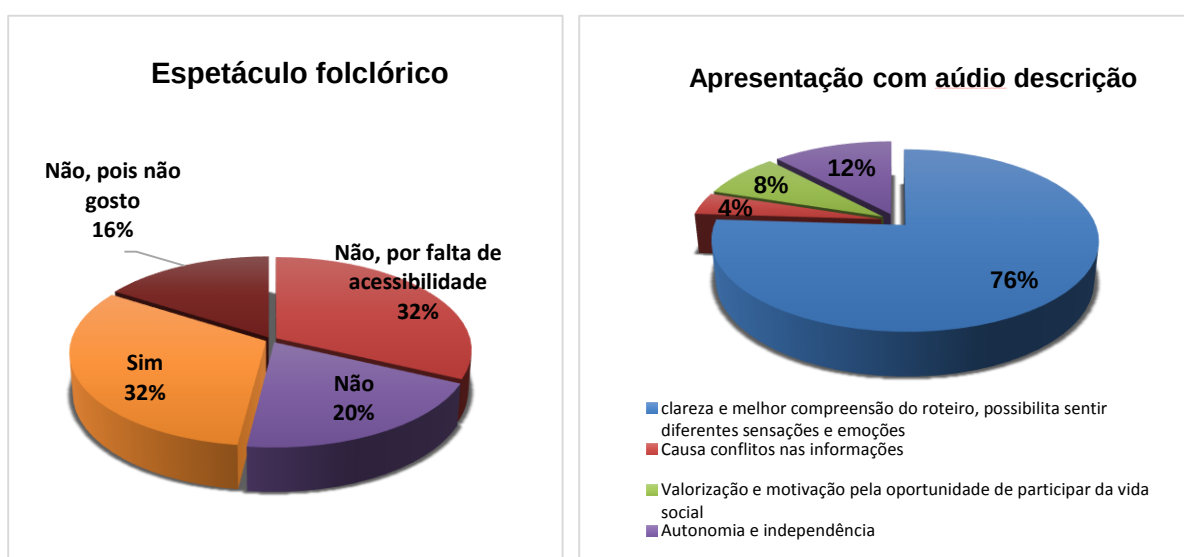


Em outro questionamento, buscou-se saber o percentual dos entrevistados que já havia assistido o espetáculo da Companhia Barrica (Gráfico 9). Como resultado, 32% ainda não tiveram a possibilidade de assistir ao espetáculo. Dos 68% que já tiveram a oportunidade de presenciar, 32% alegaram que a falta de equipamentos/tecnologias acessíveis inviabilizou que assistissem ao espetáculo. Nesse ponto, reforça-se que a ferramenta da audiodescrição possibilitaria a compreensão de aspectos específicos nas apresentações, como as roupas, danças, entre outros. Em menor percentual, 20% relataram nunca ter assistido por motivos variados. Quando se pensa o turismo, far-se-ia importante a utilização da audiodescrição, em conjunto com a adaptação dos espaços em que as apresentações são realizadas, uma vez que para viabilizar o turismo acessível é importante a criação de condições para que a pessoa com deficiência alcance e utilize, com segurança e autonomia, as edificações e equipamentos de interesse turístico, e possa contemplar os atrativos que existem no destino (MTUR, 2009).

Indagação importante no contexto deste trabalho foi a percepção dos respondentes acerca da audiodescrição e o papel desta ferramenta para o sujeito com deficiência visual (Gráfico 10). Nesses termos, 76% responderam que esta ferramenta

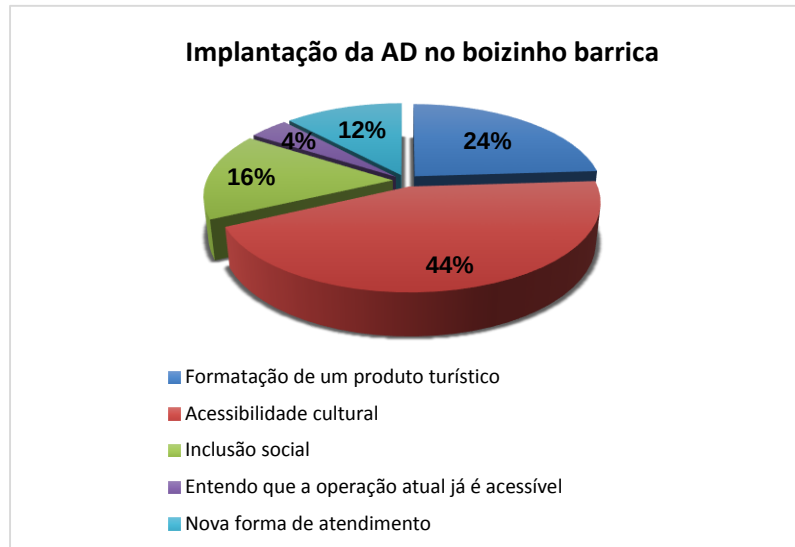
é essencial para o entendimento da apresentação de modo a despertar diferentes sensações e emoções, 12% alegaram que traz autonomia e independência ao deficiente, enquanto outros 8% disseram que a audiodescrição traz a oportunidade de melhor participação da vida social. Os 96% dos respondentes, nesse sentido, ratificam o referendado na literatura da acessibilidade, acerca do uso de tecnologias assistivas e seus potenciais benefícios para as pessoas com deficiência (ARAÚJO, 2010; FRANCO; SILVA, 2010; MOTTA; ROMEU FILHO, 2010). Ainda assim, obteve-se 4% de respostas contrárias ao uso da tecnologia em comento, em função da confusão que a audiodescrição pode causar na pessoa com deficiência visual.

Gráficos 9 e 10 – Já assistiu apresentação da Companhia Barrica e percepção sobre a audiodescrição



Sobre a importância da implantação da audiodescrição no Boizinho Barrica em 44% dos entrevistados responderam que é de um tipo de acessibilidade cultural, onde todas as pessoas com deficiência visual estarão tendo acessibilidade a uma cultura e vivenciar com emoção aquela real apresentação sem se sentir excluído de um direito que de fato é seu, igualdade e respeito.

Gráficos 11 – Como as pessoas com deficiência visual interpretam a audiodescrição.



Diante, principalmente, do último gráfico, fica evidente que a audiodescrição é uma importante ferramenta do turismo inclusive, e que os deficientes visuais, quer na condição de turistas, quer na condição de moradores, anseiam para que ela seja inserida cada vez mais nos produtos culturais oferecidos a eles. Assim, políticas ou projetos que busquem inserir a audiodescrição em produtos como filmes, espetáculos teatrais, ou exposições de arte, estão ganhando cada vez mais espaço na sociedade contemporânea.

6.1 Descrição sucinta do Projeto de Audiodescrição

6.1.1 Apresentação do Projeto

Apresenta-se, aqui, a proposta inicial para realizar a audiodescrição de uma apresentação da Companhia Barrica, cuja canção se encontra no Anexo A. Acredita-se que com a implantação da audiodescrição seja propiciada acessibilidade às pessoas com deficiência visual.

Assim, nesse momento, analisar-se-á o processo de construção de um roteiro de AD (audiodescrição) para o Boizinho Barrica. Essa parte objetiva verificar quais dos parâmetros utilizados em outras apresentações artísticas, como AD para teatro, monumentos, artes plásticas, filmes etc., serão os mais utilizados na elaboração do roteiro que tem como objetivo geral: permitir que as pessoas com Deficiência Visual possam apreciar um espetáculo folclórico de modo a penetrar no imaginário simbólico⁴ da comunidade que o produziu.

Além disso, esse roteiro nortear-se-á por objetivos específicos como:

- Desenvolver um modelo roteiro de audiodescrição para o Boizinho Barrica que permita aos turistas com Deficiência Visual apreciar o espetáculo desse grupo cultural.
- Analisar a recepção das pessoas com Deficiência Visual que tiveram contato com o espetáculo do Boizinho Barrica por meio da Áudio descrição.

Cabe ressaltar que tal roteiro tem como meta: inserir a audiodescrição como ferramenta de acessibilidade em pelo menos 20% das atividades turísticas no Estado do Maranhão. Por isso, seu público-alvo serão as pessoas com deficiência visual, tanto os que moram no Estado do Maranhão como aquelas que vêm ao Estado como turistas.

Dado o caráter político e econômico de tal projeto, este será desenvolvido com a cooperação de entidades como:

- ASCON/UFMA;
- Núcleo de Acessibilidade/UFMA;
- COLLUN/UFMA;
- IFMA/campus Pinheiro;
- IBC (Instituto Benjamin Constant).

⁴ O *Littre* define esse termo como um “livro onde inscrevemos os atos, as questões de cada dia” (os registros do estado civil, por exemplo). Encontramos a palavra em diferentes expressões: “fazer o registro”, “conservar o registro”, que designam o fato de registrar e anotar. O termo provem do latim da época *regesta*, “registro livro, catalogo”, a partir do particípio passado de *regerere* “relatar, inscrever, consignar”. Estamos então no domínio (o registro!) do escrito, da inscrição: “fazer registro” (provir as contas); “registrar” (gravar, inscrever), e a utilização da palavra é antiga: “Com a finalidade de que as honrosas maneiras [...] sejam notavelmente registradas e armazenadas em memória perpetua”. (CLAVURIER, 2013, p. 128)

- Secretaria Municipal de Turismo;
- Secretaria Estadual de Turismo.

O projeto seguirá o seguinte cronograma de Atividades:

Item	Atividades	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO
01	Mapeamento e escolha do grupo folclórico a ser áudio descrito	X	X						
02	Assistir à apresentação em DVD		X						
03	Elaboração do roteiro			X	X	X			
04	Gravação e edição da AD						X	X	
05	Avaliação do roteiro audiodescrito								X

Quanto aos recursos necessários para desenvolver o roteiro de audiodescrição para o Boizinho Barrica temos:

- DVD;
- Gravador;
- Rad fone;
- Estúdio para as gravações;
- Programa de edição do áudio: *Audacity*,
- Programa de edição do vídeo: *Adobe Premiere*

No que concerne os resultados pretendidos com a elaboração desse roteiro de audiodescrição, o que se espera ao final do processo é ter criado um produto que permita o acesso aos espetáculos folclóricos do Estado tanto aos maranhenses quanto aos turistas, com deficiência visual.

6.1.2 Acompanhamento e monitoramento do projeto:

Avaliar-se-á a eficiência do roteiro de AD, por meio de um grupo de pessoas com Deficiência Visual, que assistirão ao espetáculo com AD e ao final responderam algumas perguntas a respeito do tema e sobre a experiência com a AD.

Para realizar a parte descritiva, primeiramente, definiu-se o grupo a ser áudio-descrito. Neste caso, escolheu-se um grupo que é uma manifestação cultural genuína do Estado do Maranhão, que revigora e evidenciam a tradição e a diversidade dos folguedos e das festas populares presentes na cultura maranhense: o **Boizinho Barrica**. Posteriormente, assistiu-se ao DVD do boizinho, cedido por seus produtores, atentando-se para cada detalhe da vestimenta, da coreografia, do corpo de baile e dos músicos. Por fim, foi selecionada e definida a música (com sotaque de orquestra) a ser audiodescrita. A partir desta análise, foi possível identificar os espaços de inserção da narração, com a respectiva marcação de tempo, de acordo com as deixas dos cantores, e deliberar sobre o grau de relevância entre as imagens. A última tarefa desta etapa será a elaboração do roteiro. Para o qual, utilizar-se-á o programa Premiere (SW) para fazer a marcação dos locais de inserção da narração, de acordo com o tempo do vídeo.

Para a criação do roteiro de AD da Companhia Barrica, trabalhou-se com dois roteiristas e um consultor capacitados em audiodescrição: um do Instituto Benjamin Constant (IBC), outro do IFMA e um consultor também do IBC. Além disso, a pesquisadora proponente deste projeto de intervenção é deficiente visual, com cegueira total, o que tem favorecido sobremaneira o processo de roteirização do espetáculo cultural e o desenvolvimento do trabalho de forma eficiente.

Depois de construído o roteiro audiodescritivo da música Lençol de Areia da Companhia Barrica, pretende-se avaliar sua eficiência por meio de uma exibição, a ser feita na sala de Artes Visuais do COLLUN (Colégio Universitário)/UFMA, do vídeo em MP4 do grupo folclórico já com o recurso da AD. Nesse momento, o objetivo será submeter o produto a avaliação de pessoas com deficiência visual (baixa visão e cego) para poder avaliar a AD no espetáculo folclórico apresentado pela Companhia Barrica, coletando, assim, sugestões para fazer as adaptações necessárias.

Cabe destacar, que serão convidados para assistir a Companhia Barrica em forma de espetáculo com AD, dois alunos do Centro de Apoio (CAP), três alunos com cegueira e com baixa visão da UFMA (Universidade Federal do Maranhão), um servidor do IFMA (Instituto Federal do Maranhão), um aluno da ECEMA (Escola de Cegos do Maranhão), um associado da ASDVMA (Associação dos Deficientes Visuais do Maranhão). Esse será o nosso primeiro grupo de controle e levará em consideração que esse público já está inserido no imaginário cultural ao qual pertence o grupo folclórico do Boizinho Barrica.

Após a apresentação do espetáculo, todos os participantes da avaliação em questão serão separados uns dos outros para responder oralmente um questionário que visa diagnosticar a recepção do produto oferecido. A avaliação ocorrerá de forma individual para que seja preservada a credibilidade dos dados colhidos na sondagem.

A segunda avaliação do produto que visa ampliar a acessibilidade a cultura maranhense será realizada por pessoas com cegueira total ou congênita que não tenham tanta familiaridade com o imaginário maranhense. Para esse grupo enviaremos o DVD com o recurso da AD para que a pessoa assista ao espetáculo. Só depois de ter visto o DVD e que enviaremos o questionário para o entrevistado, ou realizaremos via *webcam*.

O perfil traçado tanto para o primeiro grupo quanto para o segundo será de pessoas com faixa etária entre 18 a 66 anos, com cegueira total. Todos assinarão um termo de consentimento esclarecendo que atendem as exigências para o tipo de avaliação desenvolvida, envolvendo pessoas. O gênero do entrevistado não será um fator essencial para esta pesquisa, mas apenas a faixa etária e a localidade regional.

As respostas das pessoas entrevistadas tanto no primeiro grupo quanto no segundo serão gravadas e depois servirão de base para o aprimoramento do produto desenvolvido. Ao final do processo o que se espera é ter criado um produto que permita o acesso à dança folclórica tanto de maranhense quanto de turistas, com deficiência visual.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho monográfico buscou problematizar como os profissionais da cadeia turística podem envolver-se nos processos de acessibilidade, para potencializar o turismo acessível às pessoas com deficiência. Tendo em vista que, viajar é mais do que um desejo, mas uma necessidade no mundo atual, e os diferentes grupos interessados precisam contar com condições propícias ao seu deslocamento e ao desfrute dos atrativos turísticos. O turismo precisa dar sua contribuição, ao adequar suas estruturas/equipamentos às pessoas com deficiência, pois, notamos que é necessária mais sensibilidade, no sentido de buscar, elaborar e utilizar as ferramentas e os instrumentos acessíveis disponíveis para tornar as atividades turísticas um elo de inclusão social. Isso porque, segundo Sassaki (2003), o processo de inclusão social acontece quando a sociedade é ajudada a modificar seus sistemas de lazer e turismo para que todas as pessoas com ou sem deficiência, possam participar juntas e ativamente de suas atividades nos mesmos locais, desfrutando de momentos de lazer em ambientes comuns.

Referindo-se as trajetórias históricas, quando as pessoas com deficiência eram excluídas do ambiente social – sendo que, apesar dos avanços, várias camadas sociais ainda vivem a fase da segregação social –, percebemos que para garantir direitos individuais essenciais, como o da igualdade e da liberdade, diversas leis foram criadas. Mesmo recebendo esse aporte da justiça, a nossa sociedade ainda está em uma das últimas colocações acerca do comprimento das leis e das condições de acessibilidade a esse grupo social. Entendemos que o que de fato garante a inclusão é a consciência de toda a sociedade, bem como da própria pessoa com deficiência. Os obstáculos da sociedade brasileira em aceitar e saber se comunicar com as pessoas com deficiência ficam visíveis na cadeia turística, bloqueando na sua maioria, que a pessoa com deficiência tenha acesso ao pleno direito de usufruir dos atrativos turísticos com autonomia e dignidade.

Refletindo neste ponto, buscou-se apresentar a deficiência visual e algumas tecnologias assistivas com foco maior na audiodescrição, com o intuito de se forçar uma reflexão sobre o que está sendo criado para essas pessoas e discutir como os profissionais do turismo podem se apropriar desses recursos que já existem, para proporcionar o acesso à cultura, a comunicação e as demais informações.

Dessa maneira, trouxe-se, nesta pesquisa, a proposta inicial para realizar a audiodescrição de uma dança folclórica numa perspectiva de garantir acessibilidade às pessoas com deficiência visual, haja vista o ineditismo na utilização da audiodescrição junto a uma manifestação cultural, em São Luís do Maranhão. Como resultado, apresentar-se-á um exemplo concreto de como fazer uso de tal ferramenta para apoiar o entendimento das pessoas com deficiência visual sobre os personagens, a ambientação e as ações de uma apresentação da Companhia de Dança Barrica

Portanto, busca-se através deste trabalho a oportunidade de expandir a inserção da AD nas mais diversas danças folclóricas, assim como, em todo o território maranhense viabilizando as apresentações em espaços públicos e privados, com intuito de ofertar um produto acessível aos maranhenses, bem como aos turistas com deficiência visual. .

REFERÊNCIAS

ABNT, NBR. 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2004.

ACERENZA, Miguel Ángel. **Administração do turismo**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

AME. **Turismo especial para pessoas especiais**. Jornal da AME, São Paulo, ano IV, n. 19, jan./fev. 2000.

ARAÚJO, V. L. S. **A formação de audiodescritores no Ceará e em Minas Gerais: uma proposta baseada em pesquisa acadêmica**. In: MOTTA, L.M. V.M.; ROMEU FILHO, P. Audiodescrição. Transformando imagens em palavras. Secretaria do Direito da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

BARBOSA, A. M. (Org.) **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2002.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 1995. (Coleção Turismo).

BARTALOTTI, C. C. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?** – São Paulo: Paulus, 2006. p. 57.

BETHÔNICO, Jalver. **Signos audiovisuais e ciência da informação: uma avaliação**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518.../469>. Acesso em: 19/08/2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo Turismo e acessibilidade: **Manual de orientações / Ministério do Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação**. – 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

_____. **Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

_____. **Decreto no 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

_____. **Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

_____. **Constituição (1988). Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.**

Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

_____. **Presidência da República. Decreto que Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.** Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

_____. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial.** Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

_____. Ministério do Turismo. Turismo **Acessível: Introdução a uma viagem de inclusão.** Vol.1. Brasília: Ministério do Turismo, 2009, p.48.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação sinalização: deficiência visual.** 4. Ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CLAVURIER, Vincent. **Real, simbólico, imaginário: da referência ao nó.** Tradução: Elisa dos Mares Guia-Menendez. Revista Estudos de Psicanálise. Belo Horizonte-MG. n. 39, p. 125–136, Julho/2013.

CORDEIRO, D. M. **Acessibilidade Plena: Um direito fundamental.** Fortaleza. CE. 2012.

DIAS, S. R. (Coord). **Gestão de marketing.** São Paulo: Saraiva, 2003.

DIAS, R. **Introdução ao Turismo.** São Paulo: Atlas, 2008.

FÁVERO, E. A. G. **Direitos das pessoas com deficiência. Garantia de igualdade na diversidade.** 2 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2007.

FERREIRA, J. R. **Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras,** 2006.

FONTES, A.; MONTEIRO, I. **O Projecto “Lousã, Destinos de turismo acessível”:** um estudo de caso da aplicação de uma abordagem sistémica ao Turismo Acessível. Revista Turismo e Desenvolvimento. Nº 11, p.61-72, 2009.

FRANCO, E. P. C.; SILVA, M. C. C. C. **Audiodescrição: breve passeio histórico. Audiodescrição: transformando imagens em palavras.** São Paulo, Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

FRIZANCO, Mary Lopes Esteves; HONORA, Márcia. **Esclarecendo as Deficiências: aspectos teórico e práticos para contribuição com uma sociedade inclusiva** – São Paulo: Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda, 2008. 192 p.

CARLETTO, A. C. **Manual da Convivência – Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida** – 2ª edição, ampliada e revista. Realização Instituto Mara Gabrilli, 2012. p. 88.

GALVÃO FILHO, T. A.; DAMASCENO, L. L. **Programa INFOESP: Premio Reina Sofia 2007 de Rehabilitación y de Integración.** In: Boletín del Real Patronato Sobre Discapacidad, Ministerio de Educación, Política Social y Deporte, Madrid, Espanha. N. 63, p. 14-23.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** In Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v. 35, n.2, p. 57 - 63, abril, 1995.

GUGEU, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.** Disponível em: <http://www.ampid.org.br/ampid/artigos/pd_historia.php#autor>. Acessado em: 17 jul. 2016

HÜBNER, M. M. C. **Sobre O Livro guia para Elaboração de Monografias e Projetos de Mestrado e Doutorado.** 1998. In: RODRIGUES, David (org.). Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo.** São Paulo: Thomson, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Análise das Atividades Características do Turismo 2003.** Rio de Janeiro, MTUR, 2007.

_____. **Análise das Atividades Características do Turismo 2003.** Rio de Janeiro, MTur, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais.** São Paulo: Scipione, 1988.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2009.

MINETTO, M. F. **Currículo na Educação Inclusiva**: entendendo esse desafio. 2. ed. rev. atual. ampl. – Curitiba: IBPEX, 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, Promoção e Apoio à Comercialização** – Módulo Operacional 8. Brasília, MTur, 2006.

_____. **Programa Nacional de Municipalização do Turismo: diretrizes e procedimentos**. Brasília: Ministério do Turismo, 2001.

_____. **Turismo Acessível: Introdução a uma Viagem de Inclusão**. Volume I. Brasília: Ministério do Turismo, 2009, p. 48.

_____. **Turismo e Acessibilidade: manual de orientações**. 2 ed. Brasília, 2006.

MOTTA, L. M. V; ROMEU FILHO, P. (Orgs.) **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

_____. **Audiodescrição na Escola: Abrindo Caminhos para Leitura de Mundo**. Juiz de Fora: NGIME/UFJF, 2015.

NETTO, Alexandre Panosso e ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Segmentação do Mercado Turístico: estudos, produtos e perspectivas**. Barueri, SP: Manole, 2009.

OLIVEIRA, Diney Adriana Nogueira de. **Turismo de consumo: a quarta geração turística**. In.: GASTAL, Susana (org.). **Turismo: 9 propostas para um saber fazer**. Edição: dos autores, 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Código de Ética Mundial do Turismo**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/home/programas/Imagens_programas_home/VersoFinalAERI.pdf. Acessado em 19 de jun. de 2016.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 3 ed. 1. Reimp. – São Paulo: Rêspel, 2008.

RAMOS, R. **Inclusão na prática: Estratégias eficazes para a educação inclusiva**. 2. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2010.

REJOWSKI, Mirian et al. **Desenvolvimento do Turismo moderno**. In: REJOWSKI, Mirian (org). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

RICHARDSON. R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989.

SANTOS, B. S.; NUNES, J. A. **Para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade**. In: SANTOS, B. de S. (org.). *Reconhecer para libertar. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: editora WVA, 2010.

SCHWARZ, A. e HABER, H. **Guia Brasil para Todos: Roteiro Turístico e Cultural para Pessoas com Deficiência** – São Paulo: Áurea editora, 2009.

Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed., rev. e atual. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, **Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, 2011.

SILVA FILHO, A. M. **Adoção: regime jurídico, requisitos, efeitos, inexistência, anulação**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SPELTA, L. **Acessibilidade web: 7 mitos e um equívoco**. Acesso Digital, 2009. Disponível em: http://acessodigital.net/art_acessibilidade-web-7-mitos-e-um-equivoco.html. Acesso em: 12 mar. 2016.

TETI, M. M. Resenha: **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. KRIPPENDORF, J., 1989. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 3, n. 3, art. 1, p. 115-120, 2009.

TORRES, E. F.; MAZZONI, A. A.; ALVES, J. B. M. **A Acessibilidade à Informação no Espaço Digital**. Ci. Inf., Brasília, v. 31, n.3, p.83-91, set./dez. 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

ANEXOS

ANEXO A: Letra da música “Lençol de Areia” da Companhia Barrica (escolhida para implantar a AD).

LENÇOL DE AREIA

*Sobre um lençol de areia branca eu encontrei
Um corpo lindo de mulher, me apaixonei.*

*Era uma estrela que do céu caiu no mar.
Sumiu na areia e me deixou triste a cantar.*

Estrela, minha estrela, vem Aldebarã

Tô vagando luas, Tainahakã

Sou o teu cruzeiro

Teu boizinho Tiranã

Estrela, minha estrela, Tainahakã!

Vem avivar teu Boizinho Barrica

Vou acender outra vez teu amor

Eu sou a chama que brilha no céu

Todo coberto de esplendor!

Letra: José Pereira Godão e Luiz Bulcão. Arranjo: Ubiratan Sousa e Chico Pinheiro.

Interprete: Roberto Brandão.

ANEXO B: Fotogramas retirados do Projeto DVD Boizinho Barrica (2014). Direção José Pereira Godão.



FOTOGRAMA 01 - 46:16



FOTOGRAMA 02 - 46:42



FOTOGRAMA 03 - 47:28



FOTOGRAMA 04 - 48:45



FOTOGRAMA 05 - 49:48



FOTOGRAMA 06 - 50:05



FOTOGRAMA 07 - 52:09



FOTOGRAMA 08 - 52:18



- 1 - *Régia/ Santos Juninos* - Autor: Godão; Voz: Inácio Pinheiro; Arranjo: Ubiratan Sousa (A) e Gordo Elinaldo (B)
 2 - *Buraquinho/Barreirinhas* - Autores: Bulcão/Godão; Vozes: Roberto Brandão e Inácio Pinheiro; Arranjo: Gordo Elinaldo
 3 - *Vamos Namorar* - Autor: Bulcão; Voz: Roberto Brandão; Arranjo: Chico Pinheiro
 4 - *Amor de Criança* - Autor: Bulcão; Voz: Inácio Pinheiro; A

FOTOGRAMA 09 - 53:22



- 6 - *Boi de Cofo* - Autor: Godão; Voz: Inácio Pinheiro; Arranjo: Edson Santana
 7 - *Doidinha no Tambor* - Autor: Godão; Voz: Roberto Brandão; Arranjo: Ubiratan Sousa
 8 - *Amor* - Autor: Bulcão; Voz: Inácio Pinheiro; Arranjo: Gordo Elinaldo
 9 - *Passarinho* - Autor: Bulcão; Voz: Roberto Brandão; Arranjo: Gordo Elinaldo

FOTOGRAMA 10 - 53:43



10 - *Urrou/Estrela do Cruzeiro/Rei Sol* - Autores: Bulcão (A e B), Godão (C); Vozes: Inácio Pinheiro (A e C), Roberto Brandão (B); Arranjo: Ubiratan Sousa

11 - *Touro Errante/Mina de Luz* - Autores: Bulcão (A), Godão (B); Vozes: Roberto Brandão (A) e Inácio Pinheiro (B); Arranjos: Gordo Elinaldo (A), Ubiratan Sousa (B)

12 - *Lençol de Areia* - Autores: Bulcão e Godão; Voz: Roberto Brandão; Arranjo: Ubiratan Sousa

FOTOGRAMA 11 - 53:47



13 - *Clareou Terreiro* - Autore: Godão; Vozes: Inácio Pinheiro; Arranjo: Ubiratan Sousa

14 - *Boi de Lágrimas* - Autor: Raimundo Macarra; Voz: Roberto Brandão; Arranjo: Ubiratan Sousa

FOTOGRAMA 12 - 53:58



Elenco de Dança - Masculino

Alex - André - Álisson - Andrei - Babado - Charles - Cristiano - Denilson - Douglas - Fernando - Felipe
Gomes - Ivan - Igor - James - Marleudson - Marcos -

FOTOGRAMA 13 - 54:18



Elenco de Dança - Feminino

Ariane - Adriana - Cida - Cássia - Dulciane - Dariane - Euricélia - Érica - Élide - Gisele - Ilanajara - Ivone - Isabelle - Jordana - Juliana
Josélia - Jéssica - Ludimila - Leide - Mariana - Nildiane - Paloma - Rosevania - Suellen - Sidyleila - Tássica - Thainá Pacheco - Thainá Melônio
Thairine - Thália - Thamires.

FOTOGRAMA 14 - 54:17



Músicos

Bateria: Rogério; Contrabaixo: Antoniel; Guitarra: Willian; Violão: Gordo Elinaldo; Sax: Celso; Trombone: Karol; Trompete: Santana;
Teclado: Marcos; Percussionistas: Alexandre - Amaury - Cascão - Eloy - Gersinho - Humão - Jhone - Lambal - Marquinhos - Richardson
Renato - Vieira - Zé Pretinho

FOTOGRAMA 15 - 54:26



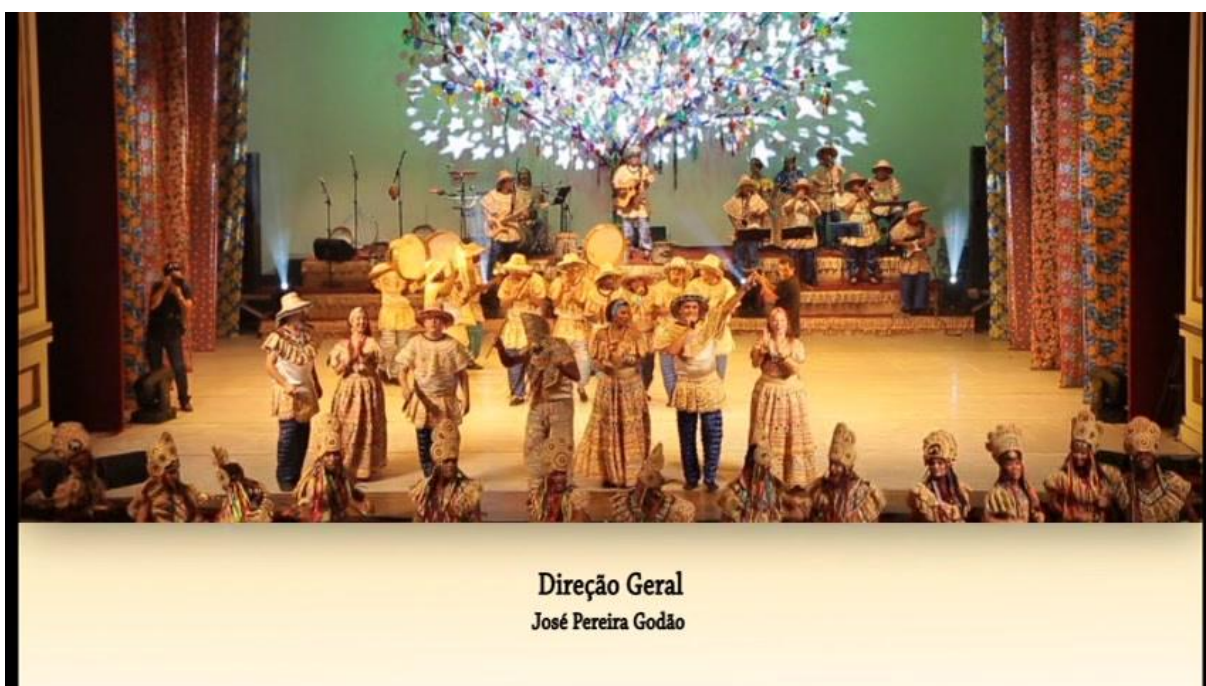
Vocais

Fátima Passarinho, Jozafá e Mariana

FOTOGRAMA 16 - 54:35



FOTOGRAMA 17 - 55:10



FOTOGRAMA 08 - 55:56

APÊNDICES

APÊNDICE A: Modelo de Questionário aplicado

Universidade Federal do Maranhão
Centro de Ciências Sociais
Departamento de Turismo e Hotelaria
Questionário para Implantação da audiodescrição

1. Qual o seu grau de deficiência?

- ☐ cego
- ☐ Baixa visão
- ☐ Monocular

2. Qual a sua idade?

3. Qual cidade/Estado você mora?

4. Qual a sua formação?

5. Quais os lugares você costuma frequentar para realizar suas atividades de lazer, cultural e social na cidade de São Luís?

- ☐ Cinema/Teatro
- ☐ Estádio de Esportes
- ☐ Museu/Galeria de Artes
- ☐ Shopping Center
- ☐ Nenhuma das alternativas, pois todas são espaços excludentes

6. Em sua opinião, qual alternativa abaixo mais indica o que é o Turismo Inclusivo?

- ☐ Um novo produto para uma minoria de consumidores
- ☐ Inclusão social de viajantes com deficiência
- ☐ Uma forma de vender mais serviços
- ☐ Um segmento de viagens
- ☐ Outros: _____

7. Você já assistiu alguma apresentação com a audiodescrição?

- ☐ Sim. Onde? _____.
- ☐ Não

8. Por qual motivo você acredita que o mercado turístico deve criar condições para atender ao turista com Deficiência Visual (cego ou com Baixa visão)?

- ☐ Aumento da demanda e do lucro
- ☐ Satisfação do turista com deficiência
- ☐ Colaborar para a construção de uma sociedade inclusiva
- ☐ Reconhecimento perante o mercado e parceiro
- ☐ Outro _____.

9. Você já assistiu ao Espetáculo Folclórico apresentado pela Companhia Barrica?

- ☐ Sim
- ☐ Não. Por quê? _____.

10. O que as apresentações com a audiodescrição proporcionam para você?

- ☐ Valorização e motivação pela oportunidade de participar da vida social;
- ☐ Clareza e melhor compreensão do roteiro, despertando diversas sensações e emoções;
- ☐ Autonomia e Independência;
- ☐ Outro _____.

11. Por qual motivo você é a favor da implantação da AD no espetáculo folclórico da Companhia Barrica?

- ☐ Acessibilidade cultural
- ☐ Novas formas de atendimento
- ☐ Formatação de um produto turístico
- ☐ Inclusão social
- ☐ Entendo que a operação atual já é acessível
- ☐ Outro _____.

APÊNDICE B: Audiodescrição da Música Lençol de Areia

COMPANHIA BARRICA DO MARANHÃO! PARA TODO MUNDO!

NOTAS PROÊMIAS

As mulheres usam chapéu decorado com fitas, canutilhos e miçangas coloridas. Na borda fitilhos coloridos compridos até a altura da cintura. Blusa de fibra de buriti na cor amarela bordada com fitas de cetim, fitilhos e miçangas. Saia franzida com babados, na cintura uma faixa preta bordada com canutilhos, fitas de cetim, fitilhos, miçangas e sapatilha preta bordada com miçangas.

Os homens usam chapéu bordado com fitas de cetim, miçangas e canutilhos; na borda fitilhos até a altura da cintura. Colete na cor amarela bordada com fitas, fitilhos e miçangas sobre camisa de cetim; saia de babados bordada sobre calça de cetim. Cada um usa calça de cores diferentes: azul, amarelo, rosa, bege e sapato preto.

O baiente (personagem que segura o boi como destaque na roda) usa chapéu bordado com fitas, canutilho, miçangas na borda fitilhos coloridos compridos até a altura da cintura. Colete de fibras de buriti decorado com fitas e miçangas, sobre camisa de cetim de mangas curtas, calça de fibras de buriti decorada com fitas em formatos de flores coloridas e sapato preto. Segura o boizinho artesanal de fibras de buriti bordado com couros, fitas, flores e bandeirolas.

Dois cantores usam chapéu de fibras de buriti bordados com fitas, canutilhos e miçangas. Colete de fibras de buriti decorado com fitas, canutilhos e miçangas, sobre camisa de cetim de mangas curtas, saia com babados de fibras de buriti decorado com fitas, fitilhos, sobre calça azul e sapato preto.

Músicos usam chapéu de fibras de buriti bordado com fita de cetim, miçangas e canutilhos, colete sobre camisa de cetim, saia sobre calça de cetim azul.

Duas *backing vocals*: uma usa blusa de babado de cetim na cor azul, a outra usa blusa de babado de cetim na cor amarela e saias longas de fibras de buriti bordada com fitas de cetim, canutilhos e miçangas.

CENÁRIO

Ao fundo árvore de galhos secos, enfeitados com bolas, bandeirolas e balões. Nas laterais do palco, cortinas em tons de vermelho.

PASSOS DA DANÇA

Junto à plateia abaixo do palco: oito dançarinas dançam: dois passos para esquerda, dois passos para direita e rodopiam.

00:01 – No palco, todos os dançarinos formam um cordão em meia lua e rodopiam. Dão passos para frente e para trás.

00:10 – Baiante baila ao centro com um boizinho artesanal.

00:14 – Todos dão dois passos para frente e dois passos para trás.

00:29 – Baiante dá passos para à esquerda do palco.

00:36 – Todos dão passos para frente e para trás. Homens bailam de braços abertos. Saltitam.

00:50 – Todos saltitam: dois passos para à esquerda e dois para à direita.

01:05 – Em círculo, todos dão dois passos para esquerda e direita.

01:30 – Mulheres giram para esquerda e direita.

01:37 – Seis mulheres à frente giram para esquerda e direita

01:50 – Mulheres se abaixam com o joelho esquerdo no chão, tremem os ombros. Ao fundo, homens bailam para direita e esquerda.

02:00 – Baiante com o boizinho, baila no centro.

02:06 – Homens vêm girando para frente.

02:15 – Bailando formam o desenho de um coração. Rodopiam.

02:36 – Mulheres se abaixam, põem o joelho esquerdo no chão, tremem os ombros. À frente, baiante ergue os braços.

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA A SONDAGEM DE AUDIODESCRIÇÃO

1. Qual o seu grau de deficiência?

- ☐ cego
- ☐ Baixa visão
- ☐ Monocular

2. Qual a sua idade?

3. Qual cidade/Estado você mora?

4. Qual a sua formação?

5. Qual a sua opinião sobre a situação das pessoas com deficiência visual no Brasil? Quais são as principais dificuldades que você enfrenta no dia a dia por ser uma pessoa com deficiência visual?

6. Qual (is) tecnologia(s) assistiva(s) você conhece? Qual delas você costuma utilizar? Qual você julga mais importante e por quê?

7. Qual a sua opinião sobre a audiodescrição? Qual seria a importância dessa ferramenta para a pessoa com deficiência visual? Para quais atividades você recomendaria o uso da audiodescrição?

8. Você já havia participado de alguma atividade com audiodescrição? Qual foi a sua impressão sobre o uso da audiodescrição aplicada a uma manifestação cultural?

9. Você poderia fazer uma comparação entre o vídeo apresentado sem audiodescrição e o com audiodescrição?

10. O que você acha que poderia ser feito para que os deficientes visuais se sentissem melhor respeitados e incluídos na sociedade?

11. De que forma você acha que a pessoa com deficiência visual pode participar melhor de atividades como as do turismo? Você já, em uma viagem, usou equipamentos, infraestrutura e/ou serviços que fosse adequados para a PDV? Fale dessa experiência.